



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CÉSAR AUGUSTO GALVÃO FERNANDES CONDE

DESINFORMAÇÃO:
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMPARTILHADA EM
MÍDIAS SOCIAIS

CÉSAR AUGUSTO GALVÃO FERNANDES CONDE

DESINFORMAÇÃO:
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMPARTILHADA EM
MÍDIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Rosecler Alcará.

Londrina
2018

Ficha catalográfica
(elaborada pelo autor CRB-9/1747)

C745d

Conde, César Augusto Galvão Fernandes.

Desinformação: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais.
César Augusto Galvão Fernandes Conde. - Londrina, 2018.
108 f.: il.

Orientadora: Adriana Rosecler Alcará.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018.

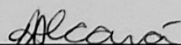
1. Desinformação. 2. Compartilhamento da informação. 3. Redes Sociais. 4. Critérios de qualidade para fontes de informação. I. Alcará, Adriana Rosecler. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CÉSAR A. GALVÃO. F. CONDE

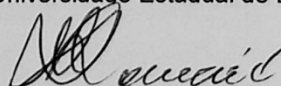
**DESINFORMAÇÃO: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
COMPARTILHADA EM MÍDIAS SOCIAIS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

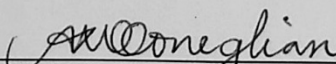
BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Dra. Adriana Rosecler
Alcará
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Profa. Dra. Maria Inês Tomaél (titular)
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof. Dr. André Luís Onório Coneglian (titular)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Leticia Gorri Molina (suplente)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Marta Leandro da Mata (suplente)
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Londrina, 22 de março de 2018

Dedico este trabalho à família,
instituição mais importante existente,
que é meu passado, presente e futuro.

AGRADECIMENTOS

Antes de todos, a Deus, Pai misericordioso que não olha pelas minhas fraquezas e vem ao meu encontro nos momentos que com Ele estou em comunhão. O Senhor tem sido a minha condição nos muitos instantes que não senti a ter.

Primeiramente, a minha esposa, Patrice Rocha Pinto Galvão, pelo companheirismo, zelo e compreensão. Melhor parceria “da conta da vida”! Não menos importante, à minha família, a quem dediquei esse trabalho. Mãe Dora; pai Ramon (que já descansa nos braços do Pai celestial); irmão André, irmãs Deise, Meire e Wilma, tios, primos, sogros, cunhados etc., agradeço por terem garantido que até aqui eu tivesse o suporte e incentivos necessários para o cumprimento dessas etapas.

Agradeço também de forma especial a minha orientadora, professora Adriana Rosecler Alcará, pelo esforço em me guiar pelos materiais e reflexões acerca deste trabalho, pela paciência e pelo exemplo. Sou grato igualmente aos professores André Coneglian e Maria Inês Tomaél, que integraram a banca na qualificação e defesa e colaboraram de forma decisiva para a redação final deste trabalho. Aos demais professores - do ensino mais elementar até a pós graduação - sou grato pela interação e dedicação em transmitirem com sinceridade os ensinamentos adquiridos durante toda a sua trajetória de estudos. Relembro, com saudade, e agradeço aos amigos e colegas, de todas as datas, que trilharam junto comigo esse caminho, subindo degrau por degrau na escalada do conhecimento.

Um obrigado necessário vai para a competente equipe do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, desde a sua coordenadora e minha orientadora de TCC na graduação, professora Ana Cristina Albuquerque, até o secretário José Gabriel Esperança de Abreu, que desde antes do início letivo do curso já oferecia atendimento com dedicação e atenção a todos nós estudantes.

Também devo gratidão ao meu país - no qual integro o quadro de servidores federais técnico-administrativos em Educação -, que me ofereceu incentivo a qualificação através de seu plano de carreira. Assim, sou grato pelo afastamento sem prejuízo concedido pela Universidade Federal do Paraná, com a anuência da minha chefe imediata, a bibliotecária Liliam Maria Orquiza, e da diretora do Sistema de Bibliotecas, Tânia de Barros Baggio, que me apoiaram em todo o processo.

As palavras dos sábios devem em silêncio ser ouvidas, mais do que o clamor do que domina sobre os tolos.
Eclesiastes, capítulo 9, versículo 17.

E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.
João, capítulo 8, versículo 32.

Pois quando a gente entende que não entende alguma coisa é que a gente está prestes a entender tudo...
Jostein Gaarder, O dia do curinga.

Virtus in medium est.
Aristóteles, Ética a Nicômaco.

CONDE, César Augusto Galvão Fernandes. **Desinformação**: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais. 2018. 108f . Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Na Era da Pós-verdade, em que a informação com carga emotiva influencia mais que os fatos, é nas mídias sociais que a desinformação encontra ambiente propício para disseminação. A partir desse problema, o objetivo da pesquisa é analisar as práticas do compartilhamento e a seleção das fontes de informação de um grupo de usuários do *Facebook* constituído por bibliotecários. Mais especificamente, analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários membros do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para evitar o compartilhamento de informações equivocadas. A escolha do *Facebook* como plataforma virtual deu-se por ser atualmente a mídia social mais popular no Brasil. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem quali-quantitativa, cuja análise dos dados baseou-se na técnica de análise de conteúdo. Inicialmente, foi feita uma coleta de dados por meio da técnica de observação, com roteiro pré-definido, para levantar características do grupo, tais como as fontes de informação selecionadas para o compartilhamento e a frequência quanto à participação dos usuários. Em um segundo momento, 120 participantes do grupo selecionado responderam um questionário em escala *Likert* elaborado para indicar as fontes consultadas e os critérios utilizados para o compartilhamento da informação. Além disso, o questionário teve em sua composição questões abertas para levantar a percepção dos participantes quanto à qualidade da informação que compartilham e a importância atribuída a essa prática. Os principais resultados indicaram uso moderado a alto de critérios de avaliação das fontes de informação, entretanto aquém da expectativa para a categoria de profissionais estudada. Entre os critérios de qualidade mais utilizados estão a avaliação da compatibilidade entre título e conteúdo da notícia, a verificação da data e procedência antes do compartilhamento. Os dados permitem concluir que os bibliotecários consultados quase integralmente estão cientes sobre a problemática da desinformação e entendem a existência de implicações sociais graves em consequência da prática do compartilhamento indiscriminado nas mídias sociais, ainda que muitos tenham sinalizado insuficiente uso de critérios de qualidade que atenuariam seu efeito negativo.

Palavras-chave: Desinformação. Compartilhamento da informação. Redes Sociais. Critérios de qualidade para fontes de informação.

CONDE, César Augusto Galvão Fernandes. **Disinformation**: quality of information shared in social media. 2018. 108 p. Dissertation (Master's degree in Information Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

In the Post-Truth Era, where information with an emotional charge influences more than facts, it is in social media that disinformation finds an environment conducive to dissemination. From this problem, the objective of the research is to analyze the practices of sharing and the selection of sources of information of a group of users of Facebook constituted by librarians. More specifically, to analyze the practice of sharing the information of librarians who are members of the "Librarians of Brazil" group on Facebook, regarding the quality evaluation criteria they adopt to avoid sharing fake news. The choice of Facebook as a virtual platform was because it is the most popular social media in Brazil. This is an exploratory descriptive research, with a qualitative and quantitative approach, whose data analysis was based on the technique of content analysis. Initially, a data collection was done through the observation technique, with a predefined route, to raise characteristics of the group, such as the information sources selected for sharing and the frequency of user participation. In a second moment, 120 participants of the selected group answered a questionnaire in Likert scale elaborated to indicate the sources consulted and the criteria used for the information sharing. In addition, the questionnaire had in its composition open questions to raise participants' perceptions regarding the quality of the information they share and the importance attributed to this practice. The main results indicated a moderate to high use of criteria for evaluating the information sources, but below the expectation for the category of professionals studied. Among the most used quality criteria are the evaluation of compatibility between title and content of the news, verification of date and origin before sharing. The data allow us to conclude that almost all consulted librarians are aware of the problem of disinformation and understand the existence of serious social implications as a result of the practice of indiscriminate sharing in social media, although many have indicated insufficient use of quality criteria that would attenuate its negative effect.

Keywords: Disinformation. Information sharing. Social Networks. Quality criteria for information sources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relatório de compartilhamento da informação política em meio digital	29
Figura 2 – Como identificar notícias falsas de acordo com a IFLA	43
Figura 3 – Como não cair nos boatos da internet	48
Figura 4 – Como identificar notícias falsas de acordo com o Senado Federal	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice de Alfabetismo Funcional	39
Quadro 2 – Como identificar notícias falsas	49
Quadro 3 – Indicadores e critérios de qualidade	54
Quadro 4 – Indicadores e critérios para avaliação de fontes de informação digital	55
Quadro 5 – Categorias de intensidade de frequência de comportamento.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes de informação utilizadas para o compartilhamento da informação.....	65
Tabela 2 – Critérios para seleção da informação compartilhada.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária	63
Gráfico 2 – Sexo.....	63
Gráfico 3 – Formação acadêmica	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	<i>Association of College & Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
CI	Ciência da Informação
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CoInfo	Competência em Informação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	<i>Programme for International Student Assessment</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS.....	18
1.1.1	Geral.....	18
1.1.2	Específicos.....	18
2	COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO	20
2.1	COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS	22
3	DESINFORMAÇÃO	31
3.1	CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA A SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO	45
4	METODOLOGIA	58
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	62
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS.....	62
5.2	FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS PARA O COMPARTILHAMENTO	64
5.3	CRITÉRIOS PARA O COMPARTILHAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	68
5.4	PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM RELAÇÃO À DESINFORMAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS.....	80
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	APÊNDICES	96
	APÊNDICE A – Roteiro de Observação	97
	APÊNDICE B – Questionário.....	98
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	102
	ANEXOS	104
	ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (CEP).....	105

1 INTRODUÇÃO

Compartilhar informações via mídias sociais tornou-se algo trivial, sobretudo para as gerações Z e Alpha, também conhecidas como gerações de nativos digitais. Ao pressionar de um ou dois botões, em poucos segundos informações são disseminadas com alcances muito abrangentes. Há alguns anos, isso seria impossível. O correio eletrônico já foi um avanço importante para a celeridade na comunicação postal, e a adesão às mídias sociais impulsionou ainda mais o fenômeno do compartilhamento informacional.

Além da popularização do telefone, do computador pessoal de mesa, dos *notebooks*, do acesso à internet, do serviço de *e-mail* e da interação via mídias sociais, é importante ressaltar que todos esses avanços atingiram um nível extraordinário com o uso dos *smartphones* (celulares inteligentes com acesso a internet, tidos como computadores de bolso). A possibilidade de carregar consigo um aparelho pessoal compacto que agrega todas as funções mencionadas, além de muitas outras, rompeu definitivamente a barreira entre o físico e o virtual nas relações da vida privada e profissional.

A Agência Brasil (2016), baseada em estudo de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afirma que o celular passou a ser o principal meio de acesso à internet no Brasil, superando naquele ano o computador de mesa pela primeira vez no país. Somados computadores e *tablets* aos *smartphones*, a perspectiva para os próximos anos é que existam 416 milhões de dispositivos conectados a internet no Brasil, o que significa densidade de dois por habitante.

Em abril de 2016, foi divulgada em grandes veículos da mídia tradicional brasileira (Estadão, Folha de São Paulo, Exame) pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que constatou que o país chegou a 168 milhões de *smartphones* em uso, com projeção para atingir 236 milhões de aparelhos até 2018, crescimento de 40%. A estimativa permaneceu sólida em setembro de 2017, quando a *GSM Association* - entidade que representa operadoras móveis - divulgou relatório em que “aponta o Brasil como o país com mais *smartphones* conectados à internet na América Latina. São 234,6 milhões de conexões sem fio [...], sendo 73% a partir desses aparelhos” (AMPUDIA, 2017).

Para compreendermos melhor a abrangência das conexões possibilitadas pela internet, Kadushin (2011) ressalta que, em dezembro de 2008, 75% dos habitantes adultos dos Estados Unidos da América fazia uso da internet e 35% deste total tinha perfil em alguma mídia social. Ainda segundo Kadushin, apenas três anos antes, em 2005, esse número representava 8% da população adulta do país. Esse número sobe para 75% se levado em consideração os jovens adultos, de faixa etária entre 18 e 24 anos. Assim, observa-se que o número de aderentes cresce exponencialmente e a conexão entre os indivíduos já transpôs qualquer tipo de barreira física e geográfica.

Só no Brasil, de acordo com dados do *Facebook* revelados em abril de 2016, a mídia social já contava com 102 milhões de usuários ativos mensais, dos quais 93 milhões acessam via dispositivos móveis. A análise do número bruto leva a crer que quase metade da população brasileira possui conta no *Facebook*, contudo nem todo brasileiro tem acesso a internet. Proporcionalmente, o número cresce muito. Significa na realidade que oito em cada dez brasileiros conectados estão no *Facebook*, o que o posiciona indiscutivelmente no topo das mídias sociais em solo brasileiro.

Considerado como um ano mundialmente conturbado, 2016 registrou na História o processo conhecido como *Brexit* (em que a população do Reino Unido decidiu através de plebiscito não mais integrar a União Européia), as eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, vencida pelo controverso candidato do Partido Republicano, Donald Trump, e o processo de impedimento por improbidade administrativa da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Por sua indiscutível relevância, os debates acalorados que cercaram os temas foram permeados por informações falsas disseminadas incontáveis vezes através das mídias sociais de entusiastas apoiadores e militantes contrários, que ensejaram a criação de verdadeiras trincheiras virtuais.

Depois da Era da Informação e do Conhecimento, surge o conceito que indica o surgimento de uma nova Era, ainda mais digital e tecnológica, a Era da Pós-Verdade. Em 2016, o dicionário Oxford consagrou *post-truth* (pós-verdade) como principal termo do ano (LATGÉ, 2016). O termo ganhou expressiva popularidade entre os anglófonos. Para os britânicos, em tradução livre, a definição de pós-verdade seria "relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença

peçoal" (OXFORD DICTIONARIE, 2017).

A estratégia não é nova, pois “antes de existirem sites e redes sociais, embustes eram divulgados pela mídia tradicional e boatos transmitidos boca a boca”, alerta Antônio Luiz Costa, editor internacional da revista Carta Capital (2016), em matéria sobre o tema. A estratégia remete ao célebre ensinamento deixado por Joseph Goebbels, comandante da publicidade da Alemanha nazista: uma mentira repetida mais de mil vezes se torna “verdade”. Ou, como agora denominado, pós-verdade. É evidente que a frase não pode ser interpretada no sentido literal, pois a relativização moral não seria possível. Porém, ganha contornos e formas reais quando aplicada na prática.

Ao perceberem a demanda do nicho mercadológico das notícias falsas (mundialmente conhecidas como *fake news*), jornalistas em sociedade com outros profissionais criaram *sites* especializados em combater o compartilhamento de desinformação na internet. No Brasil, dois notáveis precursores são os endereços eletrônicos E-farsas e Boatos.org, que em fevereiro de 2018 firmou parceria com o *site* Catraca Livre no combate as *fake news*.

Membros das equipes responsáveis por ambas empresas já figuraram em matérias de grande circulação e deram entrevistas para tradicionais programas da grade televisiva nacional, como o Programa do Jô, ancorado pelo multiartista Jô Soares. De acordo com informações do próprio *site*¹, apenas o E-farsas recebe em média 40 mil acessos e 150 pedidos de pesquisas de veracidade dos fatos diariamente.

Enquanto usuários ativos da internet e em mídias sociais, nos causa grande incômodo o fato de as pessoas compartilharem as informações sem filtros. Prática inclusive notada da parte de indivíduos com alta escolaridade, portanto não se trata apenas de um fenômeno social de natureza econômica, pois vai além do acesso à educação formal. Para que a formação seja também de qualidade é preciso ocupar-se de habilidades informacionais, através das práticas de leitura crítica, com multiplicidade de perspectivas, para instigar os estudantes.

A formação em Biblioteconomia nos estimula a ter zelo pela informação, assim, enquanto profissionais dedicados à Ciência da Informação (CI), devemos ainda mais prezar pelas informações que circulam, especialmente as que

¹ <http://www.e-farsas.com/sobre>

nós, bibliotecários, compartilhamos. Através de algumas intervenções com parentes, amigos pessoais próximos e colegas de trabalho, foi possível constatar a falta de adoção de critérios para avaliar a informação. Alguns compartilham informações falsas ingenuamente, assim como outros o fazem de forma deliberada. O ato conta com o agravante de, por vezes, ser praticado até por profissionais da área da CI. Essa observação crítica motivou a escolha do tema.

Assim, quando a escolha do problema é pessoal, somada à curiosidade, à criatividade e às concepções filosóficas do pesquisador, esse conjunto estimula a resolução do estudo, entende Bufrem (2011). Seguindo essa perspectiva, fica evidente a pertinência de se estudar o compartilhamento da informação nas mídias sociais e seus fenômenos correlatos, como a desinformação e a qualidade da informação, a fim de evitar o alastramento de informações infundadas e seus efeitos indesejados. Trata-se de tema com grande abrangência, atualidade e ainda escassez de reflexão no meio adotado para a pesquisa, até pela proximidade histórica dos acontecimentos.

A partir do contexto apresentado, a inquietação com relação ao compartilhamento da desinformação surge. Nesse sentido, propomos algumas questões que foram norteadoras para esta pesquisa: os bibliotecários estão cientes do problema da desinformação? Em caso positivo, preocupam-se em minimizar seus efeitos? Estão preocupados com a qualidade das informações compartilhadas em mídias sociais e atentam-se às fontes que selecionam para o compartilhamento da informação?

Para tanto, propomos a observação e análise da prática de compartilhamento da informação por bibliotecários participantes do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*. Vivemos em meio a um ambiente informacional bastante complexo, cuja produção e disseminação da informação cresce vertiginosamente. Esse novo contexto, caracterizado por diferentes recursos informacionais, provoca mudanças frequentes ao processo de busca e uso da informação, o que exige uma nova postura do usuário da informação, especialmente de seu mediador por excelência e ofício, o bibliotecário, que deve ter cada vez mais o domínio de estratégias e habilidades para buscar e utilizar adequadamente as informações.

Analisar as práticas e a ciência de um grupo de bibliotecários acerca do fenômeno da desinformação é a forma proposta para chegar ao resultado da

pesquisa, que poderá contribuir para maior conscientização quanto a importância de prezarmos pela qualidade da informação e adotarmos critérios de seleção e avaliação de fontes de informação, tanto enquanto profissionais mediadores da informação, quanto cidadãos.

Entendemos que o graduado em Biblioteconomia, como um dos agentes de transformação social, deve assumir o protagonismo do enfrentamento contra a propagação da desinformação, já que a profissão é de cunho liberal e humanista, ou seja, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana. Portanto, é o responsável por lidar diretamente com as fontes de informação e deve prezar pela qualidade delas, assim como das informações em si.

É também papel do bibliotecário se responsabilizar pelo conteúdo que compartilha, uma vez que o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002, p. 1) prevê em seu segundo artigo como dever do bibliotecário “dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe”.

A pesquisa poderá servir de alerta à comunidade de cientistas da informação para voltarmos ainda mais parte de nossa atenção e esforços na direção de melhorar as nossas habilidades informacionais, a dos usuários que atendemos e dos alunos que ensinamos, agora especialmente em meio digital.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

- Analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários participantes do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para evitar a disseminação da desinformação.

1.1.2 Específicos

- Identificar as fontes digitais de informação utilizadas pelo grupo de bibliotecários para o compartilhamento;

- Averiguar os critérios adotados para a seleção e o compartilhamento da informação no *Facebook*;
- Apurar como inferem qualidade às fontes digitais de informação compartilhadas;
- Verificar a percepção do bibliotecário em relação à desinformação nas mídias sociais.

Na sequência, o referencial teórico da pesquisa virá disposto em dois capítulos principais que tratarão sobre o compartilhamento da informação e a desinformação. Como subtópicos, serão abordados o compartilhamento da informação em mídias sociais, além de critérios de qualidade para seleção e avaliação de fontes de informação. A metodologia adotada para que os objetivos fossem atingidos será detalhada após a exposição dos capítulos, assim como os dados e a análise resultante do questionário aplicado.

2 COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO

Basicamente, informação é um conjunto de dados organizados. É uma das importantes matérias-primas do ser humano na vida em sociedade, assim também como reconhecidamente objeto da Ciência da Informação. O conhecimento é resultado da assimilação das informações. Para uma sociedade mais esclarecida e competitiva são fundamentais iniciativas que busquem evidenciar deficiências na circulação da avalanche de informações produzidas, bem como discutir soluções viáveis para sanar essas dificuldades.

O tamanho da internet e o seu alcance ainda não são mensuráveis com precisão, como explicam Santana e Lima (2017, p. 309):

[...] a internet apresenta, no sentido metafórico, o mesmo comportamento que o universo, cuja teoria mais recente afirma que ele esteja em expansão. A questão relativa ao tamanho, e ao crescimento, da internet foi selecionada como um vislumbre do pouco controle que se tem hoje das informações na rede. Não há nenhum mecanismo que aponte, sugira ou até mesmo teorize sobre como a internet está organizada. Então, afirmar que a internet é um universo de dados vem perdendo o sentido metafórico, e talvez poético, para mostrar a realidade de sua vastidão.

Apesar do desafio quanto a organização, é perceptível que o modo como a sociedade lida com a informação reflete diretamente no bem ou mal-estar individual e coletivo, tendo em vista que as informações são também responsáveis por impulsionar as mudanças sociais em menor ou maior escala. Através das informações, visões de mundo podem ser modificadas, culturas transformadas e hábitos adotados. Ainda que não seja solução para todos os problemas, é possivelmente um dos insumos mais preciosos entre os não materializáveis.

Sabemos que o mero acesso à informação não é garantia de aproveitamento. Em muitos casos, a compreensão de uma leitura exige parâmetros anteriores, critérios de qualidade, disponibilidade de tempo e dedicação do indivíduo, para citar alguns requisitos. Por esse motivo também informações sem filtro podem atingir a tantos. Choo (2006) explica que a informação tem início na mente dos indivíduos, e a sua busca e uso são processos dinâmicos e socialmente desordenados que se desdobram em camadas de contingências cognitivas, emocionais e situacionais.

O ato de compartilhar a informação é o desejo de torná-la disponível para outros. Compartilhar informações é uma atividade comunicacional (BUTARELLO et al., 2010), portanto, inerente ao ser humano, animal gregário por excelência. Essa interação social requerida para o compartilhamento da informação, de acordo com os autores, pode ser interpretada como comportamento, processo ou atividade, porque abrange receber e repassar informações. De acordo com Ipe (2003, apud ALCARÁ et al., 2009), entre indivíduos, o compartilhamento é um processo que permite a uma pessoa transformar o conhecimento para que possa ser entendido, absorvido e utilizado por outros atores. Muitos fatores influenciam no compartilhamento da informação. Compartilhar é um ato individual, intencional e deliberado por parte de quem possui o conhecimento. Não implica, porém, em ceder a posse do conhecimento, mas disponibilizá-lo de modo que se possa fazer uso dele junto dos pares.

Alcará et al. (2009) elencam alguns dos principais fatores que influenciam no compartilhamento: a) natureza do conhecimento - envolve os diferentes tipos de conhecimento, por exemplo o explícito e o tácito; b) motivação para compartilhar – recebe influência de aspectos internos e externos. Nos internos as atitudes e ações para o compartilhamento tem origem na própria pessoa, não dependendo de incentivos externos. Podem ser exemplos, os valores, as crenças e os interesses em comum, que influenciam as relações de confiança, amizades e afinidades. Já os externos envolvem a necessidade de recompensa e reciprocidade para o compartilhamento acontecer; c) oportunidades para compartilhar - que podem surgir de canais de aprendizado intencional ou de canais de relacionamentos; e d) cultura do ambiente de trabalho - que é constituída pelos três primeiros fatores, assim como os influencia. De acordo com as autoras, esses fatores são integrados e quando promovidos influenciam positivamente as ações para o compartilhamento.

Akaichi (2014, p. 39) acrescenta que para acontecer “a partilha e a disseminação de um conhecimento é necessário que diversos fatores convirjam para esta ação desde o momento em que o indivíduo que possui esta informação decida compartilhá-la até o instante em que outro ator resolva utilizá-la”. Akaichi indica alguns fatores que influenciam o compartilhamento:

[...] altruísmo do indivíduo, o benefício mútuo entre os agentes envolvidos na troca, a reciprocidade da ação, a vontade de ajudar os

outros, a existência da oportunidade de compartilhamento, a cultura do ambiente de trabalho, a relação existente entre os atores envolvidos, bem como a elevação da reputação daquele que compartilha. (AKAICHI, 2014, p. 40)

Do ponto de vista do mercado corporativo, “o compartilhamento da informação é essencial para aumentar a produtividade e gerar benefícios significativos” (TOMAÉL, 2012, p. 13). Em outro trabalho, Tomaél e Marteleto (2006) esclarecem que, em ambientes organizacionais, o compartilhamento ocorre por mecanismos formais e informais, como relatórios e a comunicação interpessoal, respectivamente. O lado informal do compartilhamento aponta para uma característica inata da nossa espécie.

Embora o ser humano tenha uma tendência natural para compartilhar o que sabe, existem fatores que contribuem para retardar e até impedir o processo de compartilhamento da informação. Esses fatores podem ser de ordem estrutural, logística, cultural e psicológica, inerentes aos indivíduos e à própria organização na qual eles atuam (ALCARÁ et al., 2009, p. 182).

O compartilhamento da informação acontece em diferentes níveis e ambientes. A título de exemplo, pode ser realizado de forma direta e presencial entre os participantes: de um para um, como em uma conversa privada; assim como de um para muitos, como em uma palestra. São muitas as possíveis combinações.

Na seção seguinte trataremos especificamente do compartilhamento da informação em mídias sociais e suas especificidades, meio adotado como *locus* desta investigação.

2.1 COMPARTILHAMENTO EM MÍDIAS SOCIAIS

Para entendermos melhor o que são as mídias sociais, precisamos compreender o conceito de redes sociais. Na visão de Marteleto (2010, p. 28),

Redes sociais é um conceito onipresente nos dias de hoje e ocupa espaço crescente no discurso acadêmico, nas mídias, nas organizações ou no senso comum. Seja ele um operador conceitual ou uma metáfora, parece, em princípio, servir a dois fins. Primeiro, configurar o espaço comunicacional tal qual representado e/ou experienciado no mundo globalizado e interconectado no qual se produzem formas diferenciadas de ações coletivas, de expressão de

identidades, conhecimentos, informações e culturas. Segundo, indicar mudanças e permanências nos modos de comunicação e transferência de informações, nas formas de sociabilidade, aprendizagem, autorias, escritas e acesso aos patrimônios culturais e de saberes das sociedades mundializadas.

É importante alertar que a área da Ciência da Informação tem dado muita ênfase quanto as relações humanas na internet, porém na mesma proporção ignorado a influência de máquinas inteligentes que operam na rede e servem a interesses de pessoas e grupos político-econômicos (SANTANA; LIMA, 2017). No entendimento de Santana e Lima (2017, p. 308), “uma revolução silenciosa e disfarçada em formato de bits/bytes parece impactar a vida dos seres humanos, agindo em diversas esferas, desde as mais sigilosas [...] até na definição do líder da maior potência do planeta”. Para justificar a alegação, as pesquisadoras trazem luz ao fato de que cerca de 400 mil *bots* (robôs programados para que simulem interação humana) apoiadores do então candidato republicano, Donald Trump, foram encontrados na mídia social *Twitter* na véspera da eleição presidencial estadunidense de 2016.

Através da internet temos a promoção de uma causa que é defendida por muitos: empoderamento cidadão. “Todo o poder emana do povo”, declara o artigo 1º da Constituição Federal de 1988. A possibilidade de expressão e alcance maciço de outros atores mudou o jogo democrático. As mídias sociais, exatamente por não serem tão centralizadas ou centralizadoras, potencializaram a disseminação da informação e promoveram a conexão entre iniciativas regionais com globais.

Volkoff (2004, p. 182) conclui que a internet se tornou o melhor e o pior do mundo,

[...] pois o utilizador que se informa através do seu ecrã pensa, naturalmente, que as informações que recebe são ‘objectivas’. Longe disso: a difusão em larga escala de um ponto de vista parcial [...] torna totalmente dependente quem o utiliza de forma sistemática. A maioria dos *surfers* [usuários] dirige-se sempre aos mesmos *sites*, às mesmas soluções, às mesmas empresas e raramente se esforçam por ir mais além.

Em virtude desse panorama, a partir de então testemunhamos também outro fenômeno que não deve ser ignorado nem mesmo relativizado: a formação de “bolhas sociais”, que são redutos de confirmação. As mídias sociais

“comumente tendem a reunir pessoas e comunidades que possuem interesses e objetivos semelhantes. [...] Nesse sentido, as mídias sociais são responsáveis pelo compartilhamento de ideias entre pessoas que possuem objetivos e interesses comuns” (SECO; SANTOS; BARTALO, 2016, p. 54). Isso se dá em virtude da organização automatizada promovida pelos algoritmos programados para a função de identificar preferências e afinidades do usuário. Embora no aspecto prático essa característica seja facilitadora da interação e pareça bem-vinda, a probabilidade de isolar o usuário em “bolhas” é enorme, seja ela econômica, ideológica ou outra. Do ponto de vista cognitivo se perde muito ao abrir mão do contato com o contraditório ou o novo.

Em resgate histórico, Moretzsohn relembra a frase do escritor italiano Umberto Eco que, em 2015, afirmou que as redes sociais deram voz a uma legião de imbecis:

A criação de guetos apenas favorece a publicidade dirigida e fortalece a consolidação de convicções, o que vai na contramão da abertura ao debate público e, conseqüentemente, só ajuda a aumentar a ‘legião de imbecis’. Ao mesmo tempo, provoca a ilusão de que o mundo se reduz a essas bolhas, o que é fatal na apreensão da realidade e induz a erro mesmo aqueles que precisariam estar atentos ao contraditório. (MORETZSOHN, 2017, p. 302)

A partir da *Web 2.0* - termo cunhado em 2003 por Tim O’Reilly -, que “possibilita a criação de mídias mais interativas, de novos ambientes virtuais de socialização e o compartilhamento de informações *online*, constituindo um espaço de troca, produção e circulação da informação” (LIMA, 2014, p. 128), o usuário pôde participar ativamente do conteúdo gerado ao também produzir, compartilhar e comentar as notícias.

Inicialmente, *blogs* e *fotologs* hospedavam *links* para indivíduos que queriam compartilhar textos e fotos com conhecidos e outras pessoas com interesses similares. Posteriormente, as mídias sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, entre outras, surgiram. Nesse interim, o *YouTube*, site do *Google* de hospedagem de vídeos, cresceu exponencialmente e também passou a abrigar grande número de pessoas que receberam a alcunha de influenciadores digitais, pelo alcance e engajamento social que desencadeiam.

A partir de 2009, passa a vigorar uma nova era de interação no

ciberespaço, conhecida como *Web 3.0* ou *Web Semântica*. Paletta e Pelissaro (2016, p. 21) explicam que a *Web 3.0* “é capaz de adicionar maior significado aos recursos informacionais disponibilizados, combinando técnicas de inteligência artificial na realização de tarefas relacionadas ao entendimento semântico da informação”, ou seja, os ambientes virtuais ficam mais personalizados de acordo com dados armazenados nos servidores que registram o comportamento do usuário ao navegar e pesquisar. Bezerra, Capurro e Schneider (2017, p. 378), porém, fazem alerta:

[...] a suposta ‘liberdade’ que as TICs trazem para a produção, distribuição e consumo de informação, na verdade se insere em um panorama de um controle cada vez maior, com as redes de espionagem colocando em risco a privacidade de indivíduos, a proteção de segredos comerciais de setores econômicos e a própria soberania de nações.

De acordo com Lourenço e Tomaél (2015), por não visualizarmos mais fronteira entre o real e o virtual, o ciberespaço é local privilegiado e exemplar desse momento de abundância de informações, pois é desterritorializado e despreendido da noção de tempo. Essa singularidade coopera para a transformação do usuário em protagonista da sua própria aprendizagem, tornando-se independente. É condição *sine qua non* conscientizar-se da imprescindibilidade da autonomia individual na busca de informação, pois ela é fundamental na criação de conhecimentos e conseqüentemente na manutenção e aprimoramento das capacidades humanas em múltiplos aspectos.

Se o indivíduo, porém, não consegue desenvolver mecanismos para coleta e conversão dos dados em informação, menos vale o acesso às fontes. É possível que a quantidade que tem acesso crie uma espécie de ansiedade de informação e acabe dificultando ainda mais sua tarefa de transformar o conteúdo em conhecimento.

Medeiros (2013), em estudo que se propõe a abordar a noção da esfera e opinião pública na internet a partir do trabalho do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1929-), acredita que as redes sociais na internet (mídias sociais) são espaços de colaboração que contemplam uma estrutura capaz de subsidiar e promover mediação entre os cidadãos e as ações políticas, ou seja, ações na *polis*, na sociedade. Habermas entende como público eventos acessíveis a qualquer cidadão, em detrimento de espaços privados.

A internet é o meio ideal para esse comportamento, pois não possui intermediários ou reguladores institucionais. Medeiros (2013) entende que as mídias sociais propiciaram a participação política de atores que muito provavelmente estariam marginalizados nas tomadas de decisões públicas, não fosse os dispositivos tecnológicos e plataformas desenvolvidas, que minimamente permitem aproximação de representantes e representados.

Ao propor uma definição do termo rede, Medeiros (2013) elege trabalhar com a ideia de Musso, que afirma ser rede “uma estrutura de interconexão instável, composta por elementos em interação”, como fios isolados, mas entrelaçados, em constante movimento, como um tecer e destecer de ligações. Esse entendimento é aplicável para qualquer tipo de rede, inclusive em meio digital. As redes sociais na internet passaram a tomar o lugar anteriormente ocupado quase que exclusivamente pela imprensa. Medeiros ressalta a aquisição de capacidade de pressionar governantes, o que atribui “potência ao povo”. Informações que antes não chegavam aos cidadãos passam a integrar suas agendas, “trazendo ao imaginário a concepção de espaços de opinião pública, mobilização e participação” (MEDEIROS, 2013, p. 30).

Medeiros (2013), por fim, ressalta que o mero acesso a informação não torna necessariamente ninguém mais bem informado. É fundamental ter capital intelectual para tanto. Conclui que a obra de Habermas revela a fragilidade da organização civil na época, o que vem sendo modificado com a presença maior da internet na vida cotidiana das pessoas, com vasta velocidade, tendo como referência as transformações sociais que tanto demandaram tempo outrora.

Ainda que consideremos os evidentes avanços, Moretzsohn chama a atenção para que não nos iludamos com o que ela considera ser a fetichização da tecnologia digital:

Se as tecnologias da comunicação caminham sempre no sentido da maior celeridade, seria previsível que, com a disseminação da internet e seu estímulo ao imediatismo, se configurasse o quadro atual de hiperinformação, que produz a cegueira pelo excesso, mais nefasta do que a cegueira pela treva que o projeto iluminista pretendeu dissipar: pois, diante da escuridão, podemos ser levados a perceber o que não sabemos e buscar saber, mas diante da luz intensa, passamos a ter a ilusão de saber e tendemos a ignorar que ignoramos. (MORETZSOHN, 2017, p. 301)

Segundo Pozo (2007, p. 34), “a informatização do conhecimento tornou muito mais acessíveis todos os saberes ao tornar mais horizontais e menos seletivos a produção e o acesso ao conhecimento”. A informação está muito mais plástica e o papel das instituições é formar profissionais competentes para acessar e dar sentido às informações, com capacidade de aprendizagem contínua que lhes permita atitudes críticas frente às informações.

É importante assimilar que, atualmente, as mídias sociais “estão sendo consideradas cada vez mais como fontes de informação, apesar da confiabilidade das informações ser, muitas vezes, questionável e difícil de avaliar” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p. 24). Em especial o *Facebook*, que domina a preferência dos usuários por passar a oferecer todo o suporte para o compartilhamento não apenas de textos, fotos e vídeos, mas também de *links* com fontes externas, como o *YouTube* e portais de notícias. Esse potencial gigantesco de centralização da informação fez com que o *Facebook* recebesse o *status* de possível fator determinante no resultado das eleições presidenciais dos EUA em 2016, o país de maior potência econômica e bélica do mundo.

Nesse contexto, o compartilhamento das informações deve ser analisado. Recuero (2014, p. 120) indica que “sua principal função parece ser a de dar visibilidade para a conversação ou da mensagem, ampliando o alcance dela”. Em questionário realizado, a pesquisadora relatou que 81% dos respondentes afirmam compartilhar em suas redes pela relevância. “A percepção deste algo como relevante para a rede social é igualmente um valor para aquele que compartilha e para aquele que foi compartilhado”, ressalta a autora.

O que é ou não relevante varia de indivíduo para indivíduo. Trata-se de um valor subjetivo, portanto, pode ser problematizado. Alguns aspectos objetivos, porém, podem ser analisados. Como exemplo, para atestar a relevância de algo é imprescindível primeiramente certificar-se de que a informação está completa e é verídica. Para isso, o indivíduo precisa ter habilidades para lidar com a informação que vão muito além do acesso.

Recentemente, duas gigantes do mundo digital, *Facebook* e *Google* (ambos com número de contas que supera a casa dos bilhões), se aliaram na intenção de criar um mecanismo que combata a disseminação de notícias falsas na internet (G1, 2016); também motivadas pelas críticas de pesquisadores e colunistas que creditaram a eleição do presidente Donald Trump às *fake news* espalhadas na rede,

principalmente através das duas empresas. O criador e CEO² do *Facebook*, Mark Zuckerberg, disse que sua equipe trabalha com sete propostas para combater a desinformação:

1. Desenvolver sistemas técnicos mais eficientes, para detectar o que as pessoas irão denunciar como falso antes que elas façam isso;
2. Tornar mais fácil o processo de denúncia de reportagens falsas;
3. Fazer parcerias com organizações de checagem de fatos;
4. Rotular os links que foram denunciados como notícia falsa e mostrar avisos quando as pessoas lerem ou compartilharem estes links;
5. Aumentar a exigência de qualidade para os links que aparecem como "relacionados" na linha do tempo;
6. Dificultar o lucro dos sites de notícias falsas com anúncios;
7. Trabalhar com jornalistas para aprender métodos de checagem de fatos. (G1, 2016)

Zuckerberg (G1, 2016) também afirmou entender o tema como "complexo, tecnicamente e filosoficamente", e que não quer assumir o papel de "árbitro da verdade". É sempre importante lembrarmos que

A liberdade de expressão é considerada um direito fundamental, e através das redes sociais foi efetivamente exercido, devido a facilidade e rapidez com que atinge a população, contudo não de forma absoluta, isso porque a constituição federal prevê limitações com o objetivo de não ferir a outros direitos. 'O meu direito alcança até onde começa o de outro' (KESLER; DUTRA, 2015, p. 2).

Facebook e *Google*, na posição de respectivamente mídia social e mecanismo de busca mais relevantes do mundo, como resultado da ação conjunta de esforços para combater o compartilhamento da desinformação em suas plataformas, decidiram que a principal medida estratégica contra a "indústria das notícias falsas", seria punir financeiramente seus criadores e impulsionadores.

A forma adotada para "bombardear a rentabilidade do negócio da criação de conteúdo falacioso" (GOMES, 2017) foi cortar os vínculos de publicidade desses *sites* e reduzir drasticamente a relevância das publicações ao rebaixar sua encontrabilidade através da configuração dos algoritmos nos mecanismos de busca e, no caso do *Facebook*, na "linha do tempo". Além dessas medidas financeiras, as empresas passaram a investir em organizações independentes especializadas em "checagem dos fatos", a fim de agregarem notificações que indiquem ao usuário a

² Sigla em inglês para *Chief Executive Officer*; em português, equivalente ao cargo de Diretor Executivo.

contestação das informações e o risco assumido de disseminar desinformação ao compartilhar determinado conteúdo.

Iniciativa de pesquisa criada na Universidade de São Paulo, com coordenação do professor de Políticas Públicas, Pablo Ortellado, “o ‘monitor do debate político no meio digital’ é um projeto que busca mapear, mensurar e analisar o ecossistema de debate político no meio digital” (2017). Em relatório semanal dos dias entre 07 a 14 de outubro de 2017 (Figura 1), o monitor compilou o seguinte panorama:

Figura 1 – Relatório de compartilhamento da informação política em meio digital

Veículo	Matérias	Compartilhamentos
MBL – Movimento Brasil Livre	247	678666
Movimento Contra Corrupção	1071	384219
Juventude Contra Corrupção	1158	311921
Movimento Democracia Participativa	1103	237710
Jair Messias Bolsonaro	22	223567
Falando Verdades	103	182800
Avança Brasil Maçons.BR	59	152932
Veja	412	150209
Brasil 247	496	140195
G1 Brasil	308	137674

Fonte: página *online* do “Monitor do debate político no meio digital” da USP (2017)³.

O projeto propõe analisar o número de matérias produzidas e o número de compartilhamentos e comentários de cada matéria, por veículo e por categoria agregada; assim como fazer análises quantitativas das palavras utilizadas nas manchetes e na descrição. Esses dados brutos ajudam a entender a dinâmica atual dos fluxos de informação na rede.

A partir do projeto, é possível extrair dos números apresentados o quão importante no debate público se tornaram os movimentos sociais em relação à mídia considerada tradicional. Dos 10 veículos listados com maior número de matérias compartilhadas em meio digital, seis são organizações civis (sem vínculo direto com nenhuma redação jornalística nem partidária), um é de um Deputado Federal e apenas os últimos três são empresas de comunicação formal.

³Disponível em: <<https://goo.gl/KswbLb>>. Acesso em: 17 out. 2017.

Em um meio amplamente disponível, como é o caso da internet, a produção e o acesso quase ilimitado possibilitados pela *web 3.0* resultam em inevitável círculo fértil para a propagação de notícias e informações falsas. Em artigo que trata sobre a proliferação da desinformação, Leite e Matos (2017, p. 2339) explicam que o “processo de disseminar e consumir informação falsa ou distorcida sem perceber, devido à ausência de interpretação crítica e checagem de fontes, contribuindo para a infecção generalizada da desinformação na Web” é comparável ao comportamento de zumbis no sentido de os atores sociais agirem sem a reflexão adequada.

Apesar de alguns autores entenderem a desinformação como consequência exclusiva da falta de cultura e instrução, o consenso mais recente indica que a desinformação se caracteriza por ser um engano proposital, resultado de uma manipulação (BRITO, 2015), o que será melhor explorado na próxima seção.

3 DESINFORMAÇÃO

A informação que circula sem filtro ou critérios qualitativos é entendida como desinformação. Zattar (2017, p. 286) entende que “nas discussões em torno da prática informacional, destacam-se as questões que envolvem a qualidade do conteúdo nas dinâmicas de busca e recuperação, dentre as quais estão as notícias e informações falsas ou semifalsas, a desinformação”. A prática ganha dimensões gigantescas na internet, ambiente onde o internauta não conta com um intermediador para suprir sua necessidade informacional, como é o caso de um profissional bibliotecário ou jornalista.

Para Brito (2015, p. 51),

desinformação consiste fundamentalmente em informações falsas, distorcidas ou enganosas fornecidas a um determinado adversário com a pretensão de que este tome decisões lastreadas por uma leitura equivocada de realidade. Pode ser traduzida, portanto, como o uso de mentiras com o propósito de iludir ou falsear.

O dicionário *Merrian-Webster (MERRIAN-WEBSTER DICTIONARY, 2016)* define desinformação como “informação falsa deliberadamente e, muitas vezes secretamente espalhada (como com o plantio de rumores), a fim de influenciar a opinião pública ou obscurecer a verdade”. Um pouco mais específica é a definição do dicionário *Oxford (OXFORD DICTIONARIE, 2016)*, em que a desinformação é a “informação falsa destinada a enganar, especialmente a propaganda emitida por uma organização governamental para uma potência rival ou para a mídia”. Em ambas as definições é possível notar que a intenção é característica fundamental para que a desinformação não seja tratada apenas como um equívoco.

Vladimir Volkoff (2004, p. 19) conceitua a desinformação como “uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos”. Em resgate histórico sobre a desinformação, o autor também chama atenção para o aspecto psicológico:

É preciso manter vivo no espírito que a desinformação só superficialmente se dirige à inteligência do público que pretende induzir em erro; ela dirige-se, em profundidade, a todos os níveis da sensibilidade: ao coração, às tripas, ao baixo-ventre, porque no homem as paixões sempre foram mais fortes do que as convicções. (2004, p. 107)

Mesmo antes da massiva incorporação das tecnologias de informação ao modo de vida brasileiro, Castro e Riberio (1997, p. 22) refletiram sobre abrangência das desinformações na sociedade: “a relação sociedade da informação/desinformação, nos alcança cotidianamente nas ruas, nas praças públicas, nas conversas de bar e, contrariamente nas Universidades”. Tal realidade foi multiplicada e ganhou intensidade nas últimas duas décadas, mas não se modificou em essência.

O crescimento acelerado do acesso à internet implica em constante aumento do número de notícias produzidas e propagadas na rede, principalmente após a popularização das mídias sociais. Quando navegamos com atenção em meio *online*, não é raro depararmo-nos com notícias infundadas, sem fonte ou com fontes duvidosas.

A redução do fato é uma das causas do problema, explica o jornalista Leão Serva (2007, p. 95), que impede a compreensão apurada do todo. Ele detalha não ser culpa exclusiva da mídia não profissional:

O procedimento retira dos fatos a diversidade de versões, para torná-los algo ‘simples, claro e objetivo’, o que na verdade não são. Dessa forma, mais uma vez, ‘a primeira vítima quando começa a guerra é a verdade’[...]. Mas o que vitima a verdade não é um assassinato puro e simples, mas uma intervenção cirúrgica que a mata mas mantém sua aparência, como a uma múmia.

Muitos usuários têm por hábito acreditar no que lhes é posto a frente sem questionar, sem verificar a procedência em outra fonte que corrobore ou ao menos buscar o contexto, como alerta o autor. Esse comportamento gera uma série de mal-entendidos que podem resultar em consequências quase sempre brandas, mas potencialmente graves dependendo da nocividade da informação ou do seu alcance.

Corrêa e Custódio (2018, p. 7) entendem que “merecem especial atenção os problemas advindos de uma leitura superficial, ausência de criticidade e da urgência no compartilhamento de informações a partir das mídias sociais”, o que indicam ser desafio constante para os bibliotecários, profissionais que tem como base a reflexão acerca da manipulação da informação, nos mais diversos sentidos que a expressão carrega.

Como exemplo, em 2015 o país viveu um surto do vírus zika (transmitido por meio do mosquito *Aedes aegypti*) e, na ocasião, muitas informações oficiais veiculadas pelo Ministério da Saúde ou por institutos historicamente respeitados na área da Saúde, como a Fundação Oswaldo Cruz, sofreram sucessivas tentativas de descrédito por parte da comunidade *online*, sem nenhum vestígio de base científica, como indicam Garcia e Cardoso (2017, p. 1):

[...] a associação do zika com problemas graves como a síndrome de Guillain-Barré e, em especial, com a microcefalia o transformou, quase do dia para a noite, numa enorme ameaça. A despeito dos esforços da comunidade científica, os meses seguintes às primeiras suspeitas da relação da zika com casos de microcefalia foram marcados por muitas dúvidas, incertezas e pânico – e pela grande circulação de boatos. A despeito das declarações oficiais, a população fez circular nesses meses uma série de narrativas alternativas, que produziram outros sentidos sobre a epidemia, o vírus, o mosquito – em geral caracterizadas pelos atores oficiais como ‘boatos’, no sentido de informações erradas e/ou mentirosas.

A construção do conhecimento é inerente aos seres humanos e transita por várias nuances, como: experiências, atitudes, disposições morais, apreciações estéticas, entre outras. Por esse motivo, e também por ser um tema consideravelmente subjetivo, mesmo com o aval de especialistas há o risco de replicação de conteúdos desinformativos, inclusive com influência proposital, caso os profissionais em questão não consigam agir com isenção e julgar de forma exclusivamente técnica.

Após anos de cobertura da longa guerra civil na ex-Iugoslávia, o jornalista Leão Serva escreveu o livro “Jornalismo e desinformação”, em que denuncia a profunda ignorância dos leitores de jornal (mesmo os mais assíduos, ele ressalta) acerca de fatos cobertos abundantemente pela imprensa brasileira e internacional sobre o tema:

Poucos fatos de nossa história recente receberam cobertura igual: o grande número de jornalistas envolvidos na produção das notícias, os recursos técnicos disponíveis, o espaço que ocupou em meios impressos ou eletrônicos, até por ter sido um conflito longo, [...] tornam o episódio exemplar de muitos dos aspectos que este livro pretende desenvolver. Apesar do alcance e da força da cobertura, poucos são aqueles que compreendem de fato o que aconteceu naquele canto do mundo. (SERVA, 2007, p. 19).

Em sua dissertação de mestrado na PUC-SP, Serva (2007, p. 21) conclui que “essa dificuldade dos leitores – consumidores de notícias – não poderia ser atribuída [...] a defeitos episódicos desta ou daquela cobertura jornalística”. O problema se revela muito mais complexo.

Enfrentar o problema da desinformação é, sem dúvida, um dos grandes desafios desse início de século XXI: “Para combater essa arma invisível, primeiro precisamos reconhecê-la pelo que ela é e decifrar sua missão velada, uma vez que é costumeiramente apresentada em vestes civis inócuas” (PACEPA; RYCHLAK, 2015, p. 68).

O economista e jornalista inglês Tim Harford, em artigo escrito para a revista Financial Times, texto traduzido por Clara Allain e publicado pela Folha de São Paulo (2017), afirmou que “poderíamos esperar que os fatos ajudassem. Mas não é necessariamente assim: quando ouvimos fatos que nos contestam, amplificamos seletivamente aquilo que nos convém, ignoramos o que não nos convém e reinterpretamos o que é possível”. A seletividade mencionada pode ser uma das chaves para compreensão da dimensão do problema e sua origem.

Outra consequência percebida do problema foi explorada em matéria investigativa para o jornal Folha de São Paulo em 2017. O repórter especial Fabio Victor revelou que a página “Pensa Brasil”, com sede em Minas Gerais e que trata sobre assuntos políticos de forma sensacionalista sem apuração dos fatos, somente no mês de dezembro de 2016 teve “701 mil visitantes únicos, com média de três páginas vistas (ou seja, 2,1 milhões de páginas vistas/mês). Jornal mineiro mais acessado na *web*, o ‘Estado de Minas’ teve no mesmo mês dois milhões de visitantes únicos e 16 milhões de páginas vistas”. Pelo exemplo, já é possível entender a concorrência direta entre veículos tradicionais de imprensa e a mídia alternativa que surgiu dessa nova configuração de sociedade digital.

O alastramento é muito superior quando o momento político é mais turbulento e favorece o acirramento de extremismos. De acordo com o jornalista Fabio Victor (2017), “[...] em março de 2016 – mês da maior manifestação pró-*impeachment* [da ex-presidente Dilma Rousseff] e da condução coercitiva do ex-presidente Lula [para depoimento em ação da Operação Lava Jato] –, o Pensa Brasil alcançou 3,2 milhões de visitantes únicos e 10,7 milhões de páginas vistas”, portanto, caracteriza valor aproximadamente cinco vezes maior que nos dados anteriores. Baseados nesses números, especialistas consultados pela reportagem estimaram ganhos entre

R\$100 mil e R\$150 mil por mês para a página “Pensa Brasil”. Como é possível perceber, a guerra publicitária é tanto ou mais econômica do que propriamente de narrativa.

Outro dado impactante divulgado na matéria retoma o último gatilho da discussão: a eleição presidencial estadunidense. Fabio Victor (2017) menciona um estudo do BuzzFeed, empresa norte-americana de notícias, que constatou:

[...] as 20 notícias falsas sobre a eleição americana com maior engajamento no *Facebook* nos três meses que antecederam a votação geraram mais engajamentos (8,7 milhões) que as 20 notícias reais com mais reações publicadas por grandes veículos (7,3 milhões).

Zattar (2017, p. 288) explica que “as informações do cotidiano são mais vulneráveis às ‘contaminações’, uma vez que não pressupõem rigor em sua produção e, ainda, são abertas à participação de diferentes atores”. Com essa compreensão e a noção de que a desinformação é conscientemente e intencionalmente propagada, o problema assume caráter bastante pessoal e intervenções personalizadas são de difícil êxito, já que a pessoa não o faz por desconhecimento. Passa a ser um problema de ordem ética e não de educação formal.

A desinformação acontece, curiosamente, numa época de esplendor dos recursos técnicos e quando os profissionais dessa área [jornalismo] dispõe de um *background* que em princípio os habilita mais do que nunca ao exercício de suas funções. Observa-se por exemplo, que nos países que controlam a informação seu uso se faz não para dar conta da realidade, e sim para mudá-la, moldá-la, alterá-la segundo os interesses dos governos. (SERVA, 2001, em nota do editor)

De acordo com Demo (2000, p. 37), ao menos parcialmente, a desinformação é um fenômeno natural, pois nossa percepção capta o que consegue, “e cada sujeito capta de acordo com seus interesses. O problema está sobretudo na manipulação excessiva da informação, provocando efeitos imbecilizantes mais ou menos ostensivos”. Essa ideia do autor demonstra que a inquietação sobre o tema surgiu ainda antes da democratização do acesso à internet, aos *smartphones* e da existência das mídias sociais que potencializaram o problema.

Portanto, o risco de se tornar “árbitro da verdade”, premeditado pelo

CEO do *Facebook*, Mark Zuckerberg, é real, tendo ele posição privilegiada de controle daquele universo. Embora enfrentar o problema seja desejável, um mecanismo que atue teoricamente contra inverdades pode muito bem ser utilizado para ocultar o que não convém a um grupo beneficiário, seja um governo, instituição privada ou pessoa física. *Google* e *Facebook* em seus discursos à imprensa dizem não querer desestimular o compartilhamento de opiniões, mas na prática uma iniciativa bem intencionada pode dar abertura para censura e ainda maior manipulação por parte de quem controla os meios de comunicação.

Em artigo escrito para o jornal O Globo, o filósofo Olavo de Carvalho amplia o debate e demonstra compreensão bastante utilitarista ao afirmar que a desinformação

[...] consiste em estender sistematicamente o uso da técnica militar de informação falseada para o campo mais geral da estratégia política, cultural, educacional etc., ou seja, em fazer do engodo, que era a base da arte guerreira apenas, o fundamento de toda ação governamental e, portanto, um instrumento de engenharia social e política. Isso transformava a convivência humana inteira numa guerra - numa guerra integral e permanente. (CARVALHO, 2001, p 1)

A desinformação tem sido cada vez mais frequente e preocupa profissionais não apenas da área da Ciência da Informação, mas também de várias outras, como da Comunicação Social e da Saúde, que assistem boatos nocivos circularem na rede, muitas vezes com grande alcance e impacto, e reagem com dificuldade por causa do crescente volume. Além disso, soma a dificuldade de que apurar, criar e divulgar informações precisas toma muito mais tempo do que reproduzir boatos que não carecem de tratamento cuidadoso.

Um dos meios que mais é alvo da prática da desinformação é a política. Nas disputas eleitorais ou ideológicas, comuns são as difamações entre adversários. O ato inclusive ganhou popularmente a fama de “assassinato de reputações” - título homônimo de livro publicado pelo ex-delegado civil Romeu Tuma Júnior e o jornalista e professor da USP Claudio Tognolli em 2013 -, o que denota com clareza a intenção maquiavélica de quem adota essa estratégia.

Como evidenciam Bezzera, Capurro e Schneider (2017, p. 371), existe uma conexão direta entre a estratégia do falseamento das informações e a distopia prevista em “1984” (originalmente publicada em 1949), *magnum opus* de

George Orwell.

[...] no universo ficcional de 1984, um único grupo político (o Partido) exerce um rígido controle sobre as condutas dos indivíduos e se proclama responsável pela construção da História, forjada segundo os fundamentos do slogan ‘Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado’. Na prática, o controle do passado na obra de Orwell é realizado pelo chamado Ministério da Verdade (responsável por notícias, entretenimento, educação e belas-artes), por meio de funcionários do Departamento de Documentação, cuja principal função é reescrever continuamente qualquer fato histórico, retificando documentos sobre os números de previsões governamentais para a economia (de modo a estarem adequados aos resultados de fato) e destruindo narrativas históricas sobre antigos aliados quando estes se tornam inimigos.

Sabemos que além das empresas e governos, “também os próprios usuários das redes digitais que se envolvem em campanhas difamatórias e cruzadas morais, muitas vezes com base em notícias falsas, comentários mal interpretados ou mentiras deliberadas” (BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER, 2017, p. 375), o que revela realidade epidêmica.

Ainda que cientes de que “tecnicamente, as possibilidades de desinformação através da cibernética são ilimitadas” (VOLKOFF, 2004, p. 183), com o foco no indivíduo bem intencionado e em sua capacitação pessoal, a Ciência da Informação deve voltar parte de sua atenção para entender essa realidade e, através da formação do bibliotecário, aperfeiçoar o trabalho no desenvolvimento das habilidades informacionais dos usuários e dos próprios profissionais, a fim de minimizar efeitos negativos da desinformação.

As habilidades informacionais abrangem também o conceito de competência em informação⁴, que é compreendido por Pettigrew, Fidel e Bruce (2001) como um conjunto de atividades que envolve as necessidades informacionais e de que forma este indivíduo busca, usa e compartilha a informação em diferentes contextos. Segundo Gasque (2012, p. 38), trata-se de um processo de aprendizagem que acontece continuamente na vida dos indivíduos. Compõe parte essencial, portanto, da construção do próprio indivíduo enquanto ser pensante. Com o foco na

⁴O conceito de competência em informação (Colnfo) é citado neste trabalho por ser indissociável do problema da desinformação e seu compartilhamento, haja vista que prima pelo desenvolvimento de habilidades na seleção de fontes e no lidar com as informações. Ressalta-se, porém, não fazer parte dos objetivos deste estudo aprofundar-se no assunto.

desinformação, visamos compreender o compartilhamento das informações infundadas em mídias sociais e quais são os critérios de qualidade possíveis para enfrentar esse problema.

Promover a melhoria das habilidades informacionais é um caminho para impulsionar o sujeito a ter maior autonomia e consciência de suas necessidades informacionais e como supri-las com senso crítico, sem recair com facilidade sobre desinformação. Incrementar a capacidade de reflexão crítica do leitor frente ao conteúdo que consome é um dos caminhos almejavéis para que se compartilhe informações com qualidade.

Atribuir qualidade às informações, porém, não é tarefa simples. Qualidade pode ser entendida em muitos casos como subjetiva, por isso a dificuldade em julgar absolutamente. Alguns critérios, entretanto, são mais objetivos e podem ser observados nas informações que circulam, como: exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência (TERRA; SÁ, 2012, p. 3). Esses e outros critérios serão detalhados em subcapítulo na sequência.

Dados do PISA 2015 (*Programme for International Student Assessment*, ou Programa Internacional de Avaliação de Alunos), divulgados pelo Ministério da Educação em novembro de 2016, confirmam novamente o histórico descaso do poder público em prover educação de qualidade a todos os brasileiros. O PISA “permite ao Brasil aferir conhecimentos e habilidades dos estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências, contrastando com resultados do desempenho de alunos dos países membros da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], além de 35 países/economias parceiras” (BRASIL, 2016, p. 18). Como consequência, temos a formação de um número expressivo de cidadãos considerados analfabetos funcionais, ou seja, incapazes de compreender textos ou operações matemáticas simples.

De acordo com o Instituto Paulo Montenegro (2017), “tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas”. As causas são muitas, vão desde a formação precária dos docentes para a alfabetização até as condições não raramente inadequadas encontradas nas escolas de ensino básico e fundamental, onde educadores sofrem com superlotação e falta de material.

O Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a ONG Ação Educativa, é responsável pela criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) no país. Em seu mais recente relatório (2011, p. 5), o Inaf divide o alfabetismo em quatro distintos níveis:

Quadro 1: Índice de Alfabetismo Funcional

Nível de alfabetismo	Correlação
Analfabetismo	Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).
Nível rudimentar	Corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.
Nível básico	As pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências , leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.
Nível pleno	Classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses . Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Fonte: Compilado e grifado pelo autor, com base no relatório do Instituto Paulo Montenegro (2011).

Nos destaques do Quadro 1 é possível notar a evolução da leitura entre os indivíduos considerados analfabetos funcionais (analfabetos e em nível rudimentar) para os alfabetizados funcionalmente (em nível básico ou pleno). Entre os últimos níveis, ainda que mais próximos, existe também um salto na complexidade. Enquanto o indivíduo que lê e compreende textos de média extensão já é classificado no nível básico do Inaf, do integrante de nível pleno é exigida a leitura de textos mais longos, análise, comparação e avaliação das informações, além da distinção entre fatos e opiniões. Percebemos um grau mais rebuscado e subjetivo de depuração da informação.

Na sequência do documento são apresentados dados alarmantes sobre a condição educacional no país. Nos anos de 2001-2002, o número de jovens e adultos entre 15 e 64 anos considerados analfabetos funcionais era de 39%. Apesar

de tímidos avanços no combate ao analfabetismo ao longo da década (2001-2011), no ano final da medição ainda 27% enquadravam-se entre analfabetos funcionais (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2011).

A relação entre escolarização e alfabetismo é simbiótica. Os pesquisadores do Instituto Paulo Montenegro evidenciaram a escolarização como fator preponderante para explicar os níveis de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos. Assim, “quanto maior a escolarização, maior também é a **probabilidade** de alcançar os níveis mais altos de alfabetismo” (grifo nosso). Interessante ressaltar o cuidado dos redatores ao elaborarem essa sentença, pois, apesar da inegável influência, a escolarização não é garantia de alfabetismo pleno, já que “Mesmo entre as pessoas com nível superior, o nível pleno fica longe de corresponder à totalidade, abarcando apenas 62%” (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2011, p. 10).

O déficit na formação tem impacto direto na vida dos indivíduos e indireto no coletivo da sociedade. Em função dessa lacuna, as pessoas ficam mais sujeitas a ingenuamente acreditarem e compartilharem desinformação. São, portanto, vítimas mais fáceis de manipulações de toda a sorte, como a governamental e midiática, por exemplo.

Essa realidade requer ainda mais a intervenção do bibliotecário, por meio do compartilhamento e mediação de informação com qualidade, bem como ações que promovam a formação das habilidades informacionais dos usuários da informação para diminuir a desinformação. É o profissional que estuda fontes de informação durante sua formação na graduação em Biblioteconomia. Assim como aprende a extrair os dados fidedignos das fontes consultadas. É necessário levar para os usuários essa experiência.

A área da CI tem seu engajamento mais fortemente voltado para a criação e como se dão os fluxos informacionais, mas ainda examina pouco a questão da desinformação. Assim sendo,

[...] ao desconhecer o que seja desinformação bem como as consequências destas sobre os usuários, a CI brasileira fragilizou a própria capacidade de identificar o que seja de fato informação. Em redes digitais repletas de dados, verdade e mentira se justapõem e se modificam a cada momento, logo, dialetizá-las é fundamental. (BRITO, 2015, p. 55)

Matheus (2005, p. 156) alerta que “a CI deve considerar a informação e a desinformação como objetos complementares de estudo da CI”. Em função da inexistência das mídias sociais e da própria *internet*, o fenômeno da desinformação há poucos anos era menos perceptível e devastador. Castro e Ribeiro, já em 1997 (p. 21), portanto antes do massivo acesso à rede, anteviram que

Ao lado da Sociedade da informação, há sem dúvida uma outra – a Sociedade da Desinformação – que pouco é retratada, porque aquela esconde esta, ou esta não é objeto do desejo da Biblioteconomia. Ao tratarmos da primeira, sem desviarmos o olhar para a ‘outra’, construímos um discurso vazio de sentidos.

Os autores complementam o raciocínio com o entendimento de que não progrediremos “enquanto existirem jogos de interesse político, educacionais, sociais e informacionais e, [...] não virarmos nossa atenção para *os dois lados da mesma moeda*, ou seja, para a sociedade da informação e para a sociedade da desinformação” (CASTRO; RIBEIRO, 1997, p. 23-24, destaque em itálico do autor). É evidente ser impossível descartar totalmente a subjetividade dos interesses mencionados pelos autores, porém é preciso empenho nesse sentido para aprimorarmos nossa atuação.

Brito e Pinheiro (2015, p. 148-149) explicam que a desinformação pode ser entendida de diversas maneiras, das quais destacam: ausência de informação; informação manipulada e engano proposital. A “ausência de informação” caracteriza-se basicamente pela ausência de cultura, a ignorância do indivíduo acerca do conhecimento que lhe seria importante. Por “informação manipulada” entende-se a oferta de subprodutos informacionais patrocinados pela elite econômica com o intuito de distrair a população das questões que poderiam conflitar com seu interesse de perpetuação no poder. Por fim, o “engano proposital” seria o ato deliberado de enganar alguém ou induzir ao erro, visando deturpar a verdade para influenciar a opinião das pessoas.

Com a intenção de confirmar ou refutar informações veiculadas através da internet e demais meios de comunicação, agências de *fact checking* (checagem dos fatos) têm surgido e ganhado relevância no debate público. No Brasil, a primeira foi a Agência Lupa, que fez parceria com a Revista Piauí e o jornal Folha de São Paulo para prestar assessoria sobre o assunto.

O portal de notícias G1, do grupo Globo, também adotou recentemente espaço exclusivo para a seção “É ou não é?”, onde desmentem ou corroboram informações de grande circulação recente na *web*, principalmente através das mídias sociais. Na América do Norte e na Europa já existem iniciativas mais consolidadas de combate às notícias falsas, também por intermédio de equipes isentas (por não possuírem subordinações diretas), como a *FactCheck.org*. Zattar (2017, p. 289) explica como duas agências de checagem dos fatos brasileiras expõem seus resultados.

As checagens de notícias procuram verificar uma informação a partir de classificações que, em geral, indicam os níveis de veracidade. A checagem pressupõe o uso de informações públicas e fontes confiáveis para verificação de conteúdo, o que resulta em avaliações que visam indicar o nível de veracidade de uma informação, tais como aquelas categorias (ou etiquetas) usadas pelas agências Lupa e Truco.

Quanto às categorias elencadas pelas agências, destaca-se que a Agência Lupa⁵ optou por classificar as informações que avalia em: Verdadeiro; Verdadeiro, mas...; Ainda é cedo para dizer; Exagerado; Contraditório; Insustentável; Falso e Estamos de olho. Já a Agência Truco⁶ elencou as seguintes categorias: Verdadeiro; Sem contexto; Contraditório; Discutível; Exagerado; Distorcido; Impossível provar e Falso.

Podemos notar que os extremos “verdadeiro” e “falso” não dão conta de todas as análises. Existem categorias intermediárias a serem consideradas. No caso das notícias, uma pode conter verdades e mentiras em diferentes trechos, assim como uma verdade descontextualizada, o que compromete a compreensão mais ampla do assunto. Contemplar essas nuances é o que tentam as agências citadas, o que exige um maior refinamento na apuração.

Em artigo intitulado “*How to spot fake news*” (“Como identificar notícias falsas”) publicado em novembro de 2016, o diretor e a editora chefe do *website FactCheck.org*, Eugene Kiely e Lori Robertson, fazem menção a oito pontos que julgam ser os mais importantes para driblar a desinformação. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) encampou a proposta e

⁵ Fonte: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>.

⁶ Fonte: <https://apublica.org/checagem/>

elaborou um infográfico (Figura 2) inspirado nesse artigo, já traduzido para mais de 30 idiomas diferentes, inclusive o Português.

Figura 2 – Como identificar notícias falsas de acordo com a IFLA



Fonte: IFLA, 2017⁷

A *American Library Association* (ALA), por intermédio da *Association of College & Research Libraries* (ACRL), é outra instituição de relevância internacional que demonstra preocupação com o tema da desinformação e o seu compartilhamento, especialmente na forma do desenvolvimento cidadão das habilidades para lidar com a informação. Em 2016, a ACRL disponibilizou sua nova versão da Estrutura para Competência em Informação na Educação Superior (tradução livre de *Framework for Information Literacy for Higher Education*), com seis conceitos: 1. Autoridade é construída e contextual; 2. Criação da informação como um processo; 3. Informação tem valor; 4. Pesquisa como investigação; 5. Academia como conversação; 6. Busca como exploração estratégica.

⁷Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11174>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Entre as muitas disposições descritas e práticas sugeridas, chamamos atenção para algumas específicas. Logo no primeiro conceito, “Autoridade é construída e contextual”, a ACRL (2016, p. 4) esclarece que “Os recursos informacionais refletem a experiência e credibilidade de seus criadores, e são avaliados de acordo com a necessidade informacional e contexto em que será utilizado”. Ainda no primeiro conceito, na terceira disposição, a ACRL sugere ao sujeito que está desenvolvendo suas habilidades informacionais “desenvolver a consciência da importância de avaliar conteúdos com uma atitude ética e com uma autoconsciência de seus próprios preconceitos e visão de mundo”. Portanto, autoridade é muito importante, mas por si só não garante transparência e lisura de informação alguma.

Na quarta e oitava disposição do quarto conceito, “Pesquisa como investigação”, a ACRL (2016, p. 7) recomenda “manter uma mente aberta e uma postura crítica” e “seguir diretrizes éticas e legais na coleta e uso de informações”. São sugestões que complementam as citadas anteriormente, pois a postura crítica deve ser quanto ao conteúdo, interlocutores e consigo mesmo, a fim de anular ao máximo possível que predileções pessoais influenciem escolhas e a maneira com que lidamos com as informações de forma seletiva.

Interessante notar que essa proposta percebe, entende e valoriza o aspecto subjetivo do julgamento da qualidade da informação, além de englobar a dimensão ética envolvida. Um avanço sensível se considerado com os documentos que a esse precediam, resultado de esforços da ALA/ACRL depois de quase duas décadas do lançamento do documento original.

O Senado Federal, principal casa legislativa do poder público brasileiro, possui quase três milhões de seguidores na sua página oficial no *Facebook* (acesso em 19 de julho de 2017). Em postagem de 2015, o órgão legislativo desmentiu boato recorrente que circula na rede sobre “bolsa prostituição no valor de R\$2000,00/mês”. O texto traz as seguintes considerações:

Notícia falsa é um problema de verdade! Todos os dias são criados incontáveis boatos, rumores e notícias falsas. Muitas vezes essas ‘notícias’ fazem referências a assuntos de grande importância para a população e, se forem levadas a sério, isso pode levar a graves consequências. Periodicamente o Senado Federal recebe reclamações de cidadãos se queixando de ‘leis’ aprovadas em plenário dizendo respeito ao fim do 13º salário, a criação da famosa

‘Bolsa Prostituta’, revogação da Lei da Ficha Limpa, para citar alguns exemplos. Você pode facilmente evitar a distribuição dessas notícias falsas! Basta consultar o site oficial do Senado Federal, www.senado.leg.br, contatar o perfil Senado Federal no Facebook ou ligar gratuitamente para o Alô Senado no 0800 612211. Antes de acreditar, antes de compartilhar, vale conferir! Lembre-se, notícia falsa é um problema de verdade!

Fica cristalina a relação intrínseca entre a desinformação, critérios de qualidade e o compartilhamento. Assim sendo, ações de intervenção coletivas devem ser planejadas e executadas por um bibliotecário; assim como políticas públicas de educação.

A Ciência da Informação tem como força motriz a informação, que dá sentido à toda sua existência. O bibliotecário precisa assumir seu papel de protagonista no processo do combate ao compartilhamento da desinformação, pois dentro da atuação na grande área da Educação é o profissional com formação mais robusta no tocante as fontes de informação e os critérios para avaliá-las. É fundamental encarar o problema em sua vasta dimensão, não cabendo apenas continuar com práticas insuficientes de ofertar treinamentos para consulta em bases de dados especializadas.

Contudo, em última instância, essa é uma revolução silenciosa e individual. A mediação pode ser estabelecida, os instrumentos ofertados, mas apenas o usuário é plenamente capaz de evoluir em suas habilidades informacionais para reconhecer os critérios de qualidade adequados, estabelecer os freios e, assim, não compartilhar desinformação.

3.1 CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Estamos cientes de que “Ao longo do século XX, a concepção positivista de uma verdade objetiva ao alcance do homem foi, por diversas vezes e nas mais distintas correntes de pensamento, refutada” (BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER; 2017, p. 373), por isso é salutar desde já fazer distinção entre o que consideramos como verdades objetivas e verdades opinativas. Quando buscamos critérios para a análise da informação, estamos focados em aspectos que possam atestar a confiabilidade dos fatos relatados. Em outras palavras, a verdade verificável implica em considerarmos verdades objetivas, que independem de opiniões pessoais,

como: o curso de Biblioteconomia da UEL foi criado em 1972. Não há julgamento de valor explícito ou implícito, tampouco análise de conjuntura, apenas resgate histórico documentado.

A preocupação com a qualidade da informação não é novidade para a área da Ciência da Informação. Ainda em 1998, Paim e Nehmy (p. 81) indicaram que “a avaliação de sistemas de informação, em razão da crescente disponibilidade de dados possibilitada pelas novas tecnologias, torna-se hoje um dos temas mais relevantes para profissionais e pesquisadores desse campo de interesse”. Nos anos subsequentes aconteceria um crescimento inimaginável à época, que tornaram o tema ainda mais relevante.

Brito (2015, p. 54) lembra as implicações do ambiente virtual e chama a atenção para a responsabilização do bibliotecário nesse processo:

[...] em um espaço onde o internauta não conta com especialistas, como os bibliotecários, para intermediar sua relação com a informação que supostamente necessita. E mesmo com a existência dos referidos especialistas, dado o pequeno conhecimento científico existente sobre o assunto, arriscam-se estes a replicar conteúdos desinformativos, legitimando-os com o seu *referendum* técnico e aparentemente isento. (destaque do autor)

Essa inquietação permeia também outras áreas do conhecimento; mais notadamente o Jornalismo e as Ciências da Saúde e Política, pela frequência dos acontecimentos averiguada e o impacto mais evidente, como demonstrado no capítulo anterior. A Educação possivelmente é o ponto catalisador para o enfrentamento do problema da disseminação da desinformação, já que a partir de uma formação plural e crítica espera-se do indivíduo o desenvolvimento de habilidades que levariam a adoção de critérios qualitativos para identificar e evitar a incidência neste erro.

Soma-se ao crescimento exponencial do alcance das informações o fato de que a sua produção foi descentralizada, o que é desejável do ponto de vista da democracia, mas traz preocupação por não passar por avaliação preventiva antes de atingir o grande público. Esse contexto explicita a necessidade de prezarmos pela qualidade das informações que compartilhamos enquanto usuários como, também, refletir sobre o nosso papel enquanto cientistas da informação no processo de proposição e adoção de critérios de qualidade para avaliação das fontes e das

informações em si. Moretzsohn (2017, p. 294) problematiza o momento e considera que a Era da Informação

induz ao aprofundamento da alienação pelo excesso de oferta, ao mesmo tempo em que a propalada 'horizontalidade', que supostamente daria a todos o mesmo poder de voz e de influência, além de conduzir à mistificação que encobre as relações de poder, escancara as portas para a disseminação das chamadas 'fake news', instaurando um ambiente de absoluta insegurança informativa, com previsíveis consequências desastrosas.

Levando em consideração as implicações expostas acima, o acesso a rede mundial de computadores também é apenas mais um passo para a democratização do acesso à informação, já que simplesmente acessar não implica em fruição do conteúdo. De acordo com Coelho e Silva (2016, p. 4), muitos são os problemas sociais que atravancam essa evolução, "Dentre eles, ressalta-se a questão da competência em informação, ou seja, mesmo com a possibilidade de acesso, grande parte dos internautas não sabe avaliar os sites ou mesmo a veracidade da informação acessada".

A promoção do acesso à informação está sendo, sem dúvida, um grande avanço na direção de uma cidadania mais inclusiva. Permitir a produção e o compartilhamento das informações é a evolução natural deste novo cenário tecnológico. Essas ações, porém, precisam da consciência dos atores quanto à adoção de critérios de qualidade para que sejam efetivas no combate contra a disseminação da desinformação, especialmente nos ambientes digitais, onde atinge maior escala.

Lopes (2004, p. 81), em artigo que avalia a qualidade das informações sobre saúde recuperadas na *Web*, afirma que "estamos diante de um novo paradigma, no que se refere à manipulação da informação em todos os seus estágios, desde o emissor até o receptor". A autora complementa:

As publicações eletrônicas disponibilizadas na *Web* constituem um dos temas de maior repercussão dentro da comunidade científica, permitindo o acesso, produção e disseminação de informação em larga escala, por um único indivíduo ou por organizações, revolucionando toda a estrutura desta produção, disseminação e acesso que estava em vigor antes do advento da Internet (LOPES, 2004, p. 81).

Em 2016, o Senado Federal propõe nova investida contra a propagação de notícias falsas (Figura 3). Fazendo uso de suas mídias sociais oficiais, divulga proposta de um trajeto mental simples para ser seguido antes do compartilhamento, a fim de romper o ciclo vicioso da desinformação; ou seja, um esquema que exige uma análise criteriosa antes de compartilhar.

Figura 3 – Como não cair nos boatos da internet



Fonte: página oficial do Senado Federal do Brasil no *Facebook* (2016)⁸

Em 1º de abril de 2017, aproveitando a ocasião do “dia da mentira”, o Senado Federal divulgou em suas mídias sociais um *checklist* para ajudar os usuários a não serem enganados por notícias falsas. Junto de outra exposição textual, anexo na forma de imagem vemos um caminho mais didático e, por que não, lúdico para encarar o problema (Quadro 2 e Figura 4).

Hoje é dia 1º de abril, popularmente o ‘dia da mentira’. Muitas das informações [que] circulam pela internet nem sempre são verdadeiras, especialmente nas redes sociais. Mas como identificar o que é verdade e o que é mentira? As dicas a seguir podem ajudar nessa checagem. Claro que não são perfeitas e estão sujeitas a falhas, mas podem ser de grande ajuda. (BRASIL, 2016, p. 1)

⁸Disponível em: <goo.gl/5p7afx>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Quadro 2: Como identificar notícias falsas

LEU NAS REDES SOCIAIS?
1 – Verifique se a informação que você recebeu cita uma fonte confiável. Fontes confiáveis costumam ser os sites oficiais, páginas de jornais conhecidos, blogs respeitados. Na dúvida, pergunte para seus amigos: na internet, é a comunidade que define o que é confiável ou não.
2 – Pesquise na web para ver se mais de uma fonte confiável publicou a notícia. Informações verdadeiras costumam ser publicadas por vários sites confiáveis.
3 – Cuidado com os sites e blogs de notícias falsas. Há muitos especializados em fazer humor, por isso é importante aprender a distinguir informação de piada.
4 – Cheque sempre a data em que a notícia foi publicada. De vez em quando, notícias velhas voltam a circular como se fossem recentes. Embora possam ser verdadeiras, o contexto poderá ser diferente.
5 – Há muitos erros de português na notícia? Isso é um bom indício de que o texto não foi escrito a sério.
6 – Tenha bom senso. Na maioria das vezes é possível identificar notícias absurdas.
7 – Se continuar com dúvida, evite compartilhar informações recebidas. Afinal, você não quer passar uma mentira para frente, não é?

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos critérios elencados na página oficial do Senado Federal do Brasil no *Facebook* (2017)⁹.

Figura 4 – Como identificar notícias falsas de acordo com o Senado Federal



Fonte: página oficial do Senado Federal do Brasil no *Facebook* (2017)

Percebemos a intenção da Casa Legislativa em alertar a população sobre o problema, assim como ofertar soluções para enfrentá-lo. Apesar de sem dúvida serem válidas, podem ser iniciativas inócuas se o indivíduo que consumir essas

⁹Disponível em: <<https://goo.gl/qCp5cC>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

dicas não estiver preparado intelectualmente para assimilá-las ou sequer preocupado com o problema, sendo esses os mesmos vícios de origem do compartilhamento da desinformação.

Em abril de 2017, o Ministério da Educação do Governo Federal do Brasil divulgou a última versão da Base Nacional Comum Curricular para o ensino infantil e fundamental, onde constam 10 competências gerais que devem ser trabalhadas pelos educadores. A sétima aponta para a importância de o aluno “Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões [...]” (BRASIL, 2017, p. 19), o que demonstra convergência com as demais iniciativas e como o enfrentamento da questão já alcançou proporção oficial de Estado.

Ao entendermos que “para as pessoas comuns, o que é informação ou desinformação, realidade ou ficção, se torna algo cada vez mais difícil de separar” (BRITO, 2015, p. 389), fica evidente a necessidade de encontramos meios para filtrar conteúdos de acordo com a sua relevância para nos afastarmos do perigo velado pela pós-verdade.

Trata-se de desafio de crescente importância social por causa do *boom* informacional promovido pela internet. Em função dessa realidade, passa-se a “viver um problema que se tornou fundamental qual seja, o de selecionar no imenso estoque de informações atualmente existente, aquelas que têm qualidade” (OLETO, 2006, p. 58).

Loureiro e Rocha (2012) referem-se à competência digital como a aptidão do usuário em realizar atividades no ambiente digital, bem como apresentar habilidade de ler e compreender mídias, sendo capaz de avaliar e empregar os conhecimentos adquiridos no meio digital de modo que se sinta confortável para transitar nestes ambientes. Essa habilidade auxilia o processo de aprendizagem, contribuindo para a formação de pessoas autônomas e criativas na busca do conhecimento. Interpretar a informação a partir da leitura, construir relações entre conhecimentos prévios e novos, comparar e avaliar diferentes pontos de vista são algumas das habilidades que proporcionam aos indivíduos maior autonomia para aprenderem a aprender.

Ottonicar et al. (2015) exaltam o papel da competência em informação para que os indivíduos sejam receptores críticos e analíticos do contexto em que estão inseridos e não sejam facilmente convencidos pela desinformação, que definem como

um fenômeno de deturpação da informação. Para tanto, de acordo com Varela e Barbosa (2012, p. 161) o essencial é

que o usuário tenha condições para identificar sua necessidade informacional; conheça e domine os métodos e as estratégias de busca e recuperação da informação utilizando tecnologias; **adquirir o controle sobre recursos e fontes de informação** ao desenvolver suas habilidades e conhecimentos na gestão da informação; **reconheça a informação pertinente e adequada** para a necessidade detectada, transformando o conhecimento e ferramentas para a tomada de decisões; ou seja, que o usuário internalize atitude crítica, analítica e reflexiva, indispensável para a investigação e para a aplicação em sua vida pessoal e social, bem como na geração de conhecimento (grifo nosso).

Assim, é importante que as pessoas tenham condições para identificar suas necessidades informacionais e que por meio do conhecimento de métodos e estratégias de busca e recuperação da informação consigam satisfazer tais necessidades. A partir da autonomia, proporcionada pelos ambientes *online*, torna-se indispensável à internalização de atitudes críticas, analíticas e reflexivas (VARELA; BARBOSA, 2012). As autoras explicitam a relevância do domínio sobre os recursos e fontes de informação para que se reconheça a informação pertinente e adequada para sanar a necessidade identificada. Zattar (2017, 287) faz semelhante exaltação a atitude analítica ao afirmar

[...] que a competência em informação conecta-se com as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem continuada a partir de uma perspectiva ética e crítica, o que exige o acesso, a avaliação e o uso da informação de forma responsável, interdependente e colaborativa.

O volume colossal de informações novas produzidas desordenadamente e compartilhadas na internet, a celeridade com que são disponibilizadas e quase na mesma velocidade modificam-se e podem até tornarem-se obsoletas, são fatores que demandam a adoção de critérios para avaliar a qualidade da informação no instante da seleção, assim como no seu compartilhamento.

[...] a qualidade da informação é um dos mais importantes aspectos a serem considerados, devido ao volume exponencialmente crescente de informações veiculadas na Internet, sendo que, para os

consumidores, os conteúdos das páginas institucionais ou de quaisquer documentos que são disponibilizados necessitam de filtros para minimizar o excesso de informação tornada disponível. (LOPES, 2004, p. 82)

Na medida que grandes avanços tecnológicos permitem novas possibilidades de interação e novos modelos de aprendizagem, também se fez necessário a aquisição de habilidades, não apenas técnicas para a utilização de dispositivos digitais, mas de análise, uso, avaliação e compartilhamento dos conteúdos disponíveis em diferentes fontes de informação digitais (BOCHNIA; ALCARÁ, 2015).

Apesar de não existir um consenso na área da CI sobre a definição do que é qualidade da informação, o termo carrega consigo a ideia de excelência. A informação “seria avaliada segundo atributos objetivos de excelência, tais como validade, novidade, relevância, credibilidade, precisão, abrangência” (PAIM; NEHMY, 1998, p. 87). As autoras chamam atenção para a subjetividade da análise qualitativa da informação por parte do usuário, mesmo tendo sido estabelecidos critérios objetivos:

Embora haja a pretensão de se atribuir caráter *objetivo* a aspectos relativos ao sistema, ao se pretender avaliar empiricamente seus atributos, esbarra-se sempre na constatação de que afinal a qualidade só teria sentido no contexto de sua utilidade para o usuário. Quer dizer, ao se tentar aplicar o conceito de qualidade, choca-se com a presença do usuário a buscar informação. Nesse sentido, os parâmetros de avaliação, que se pretendiam objetivos, enfrentam a subjetividade daquele que busca a informação. (PAIM; NEHMY, 1998, p. 87)

Na literatura mais moderna, há duas principais abordagens sobre a qualidade da informação: a primeira, cujos autores procuram conceituar e estabelecer critérios visando melhor análise; e a segunda, cujo outro grupo de autores desaprova esse modo de categorização da informação atribuindo ao usuário a tarefa de avaliá-la (OLETO, 2006).

A divergência entre autores se dá pela dificuldade em avaliar a qualidade informação, não apenas pela sua natureza subjetiva, mas também pelo não consenso entre os autores da Ciência da Informação sobre o que se configura como qualidade. Conforme Oletto (2006), a base teórica sobre o tema nessa área do conhecimento está ainda em processo de construção.

Entretanto, a dificuldade epistemológica não impede a construção de diversas tentativas de análise. Como exemplo, Oletto (2006, p. 59) basicamente as resume em duas principais vertentes, denominadas como “abordagem da qualidade da informação baseada no produto” e “abordagem da qualidade da informação baseada no usuário”.

A começar pela primeira (OLETO, 2006, p. 59), cuja tônica é compreender a informação como “coisa” e como tal passível de se atribuir critérios como abrangência (valor intrínseco da informação), acessibilidade (reduzir o tempo necessário para que o consulente supra sua necessidade informacional para atingir seus objetivos profissionais e/ou pessoais), atualidade (opõe-se a obsolescência, em consonância com o ritmo de produção da informação); confiabilidade (credibilidade no conteúdo e na fonte, ou seja, prestígio, respeito e reputação da fonte, autor ou instituição); objetividade (valor intrínseco da informação); precisão (exatidão, correção, fidelidade ao fato representado); validade (integridade).

Percebemos que quando a qualidade é estudada como produto, o enfoque é técnico, funcional e direcionado à eficácia. Devido a esse aspecto, os autores da segunda abordagem pontuam-na como limitante e, como resposta, direcionam a análise ao usuário, concebendo-o como “centro das atenções nas considerações sobre os sistemas” (OLETO, 2006, p. 60). Nessa abordagem, os critérios são: indexação e classificação (atributo do sistema), eficácia (potencial positivo de contribuição à tomada de decisão do usuário), eficiência da recuperação (atributo do sistema), impacto, relevância, utilidade, valor esperado, valor percebido e valor de uso.

Podemos considerar que autoras como Tomaél, Alcará e Silva (2016, p. 17) levam em consideração a relação abordada pela segunda vertente da análise, pois afirmam que a qualidade da fonte “deve atender a propósitos específicos de uma comunidade de usuários”. Os critérios serão apresentados ao fim da seção, seguindo ordem cronológica.

O desafio de avaliar a informação se torna ainda mais complexo quando consideradas nas mídias sociais, onde a informação é produzida e compartilhada sem controle, diferentemente das fontes formais tradicionais, em que a informação é submetida ao crivo de pares revisores, editores etc. Essa característica dificulta o estabelecimento da qualidade. Lopes (2004, p. 82) propõe esse resgate histórico.

[...] convém lembrar que o processo de produção do conhecimento anterior à Web incorporava rigoroso mecanismo de controle de qualidade. A revisão dos trabalhos científicos pelos pares antecedia a publicação e a divulgação destes trabalhos, e, na prática, este procedimento era considerado, na comunidade científica, como um qualificador para a disseminação e legitimação do conhecimento. A revisão efetuada, a pedido de um editor de publicação científica, aos especialistas de determinada área assegurava o anonimato do revisor e, ao mesmo tempo, garantia a acurácia e a qualidade do texto apresentado para publicação.

Lopes (2004, p. 82) apresenta filtros observáveis de qualidade elaborado a partir de diretrizes de instituições americanas ligadas a saúde.

Quadro 3: Indicadores e critérios de qualidade

Categoria	Indicadores de qualidade
1. Credibilidade	a) Fonte, b) Contexto, c) Atualização, d) Pertinência/Utilidade, e) Processo de Revisão Editorial
2. Conteúdo	a) Acurácia, b) Hierarquia de evidência, c) Precisão das fontes, d) Avisos institucionais, e) Completeza
3. Apresentação do site	a) objetivo, b) Perfil do site
4. Links	a) Seleção, b) Arquitetura, c) Conteúdo, d) Links de retorno
5. Design	a) Acessibilidade, b) Navegabilidade, c) Mecanismo de busca interno
6. Interatividade	a) Mecanismo de retorno da informação, b) Fórum de discussão, c) Explicitação de algoritmos
7. Anúncios	a) Alertas

Fonte: Lopes (2004, p. 82)

A qualidade percebida pelo público é fator determinante da credibilidade conferida a um ator ou produtor da informação. Como chama a atenção Tomaél (2012, p. 36), “a confiança atribuída aos atores é o primeiro elemento identificado. Nesse caso, quando um indivíduo é respeitado e reconhecido no meio em que transita, ele é identificado como uma fonte importante de informação”. Tomaél continua: “O sucesso do compartilhamento de informação entre atores é dependente da confiança que existe entre eles”. O sentimento de confiança exaltado nas afirmações da autora costuma ser resultado de um vínculo forte de relação entre os interlocutores, seja em âmbito pessoal ou profissional. É possível notar, porém, que nem sempre importa quem, mas o que é dito, pois “as intenções e ações para o compartilhamento podem sofrer influência de diferentes fatores” (ALCARÁ et al., 2009, p. 172).

Em “Tudo que vem à rede é peixe?”, Terra e Sá (2012, p. 3) problematizam as informações encontradas em meio *online* e detalham critérios para aferir credibilidade a elas.

1 Exatidão: quem redigiu a página web? É possível contatar o autor? Qual é o objetivo do documento? 2) Autoridade: é possível saber quem disponibilizou a informação, verificando o URL do recurso? O autor tem qualificações para escrever sobre a matéria? 3) Objetividade: as intenções do responsável pela disponibilização da informação são explícitas? As opiniões pessoais são apresentadas enquanto tal? Há publicidade implícita ou explícita? 4) Atualidade: as datas de criação e de atualização são indicadas? Os links estão ativos? Os dados fornecidos estão ultrapassados? 5) Abrangência: o recurso inclui texto e imagens? O acesso é limitado pelo uso de algum software? O acesso é gratuito?

Existem muitas nuances e detalhes que podem e devem ser considerados para adequadamente selecionar e avaliar uma fonte informacional ou seu conteúdo. Todavia, se relativizarmos, na tentativa de contornar a desinformação na maioria dos casos, com alguns critérios indispensáveis é possível adotarmos um roteiro como universal.

Tomaél, Alcará e Silva (2016, p. 30) propuseram parâmetros para avaliar fontes com base em vasto levantamento bibliográfico a partir da análise dos atributos de qualidade de outros autores. Os parâmetros são “diretrizes que auxiliam os profissionais da informação [...] a selecionar fontes de informação com a qualidade necessária para alcançar propósitos almejados”. As autoras optaram por elencar indicadores juntamente com um conjunto de critérios pertinentes para a análise da fonte de informação digital (Quadro 4).

Quadro 4: Indicadores e critérios para avaliação de fontes de informação digital

Indicadores	Critérios
1. Aspectos extrínsecos	a) Acessibilidade: referente a recursos que possam permitir a todos os usuários perceber, entender navegar e interagir com as informações; b) Usabilidade: referente à facilidade de navegação. Os critérios envolvem o tempo para a página carregar, menu de navegação acessível em toda a fonte, ferramenta de busca simples e avançada, indicação do tamanho, formato e tempo de <i>download</i> dos arquivos etc.
	a) Precisão: veracidade, informação correta e objetiva; b) Facilidade de compreensão – clareza: facilidade de interpretação, informação confiável e verossímil; c) Objetividade: apresenta fatos, imparcialidade; preconceito e existência de denúncias vazias prejudicam a qualidade da fonte; d) Consistência e relevância: cobertura (inclusão de toda a informação a que se propõe); coerência na abordagem do conteúdo; agregação de valor (informação embasada na literatura ou pesquisa científica; exatidão;

2. Aspectos intrínsecos	<p>coerência da informação (sem ambiguidade, utilidade e aplicabilidade; utilidade da fonte, de acordo com os objetivos propostos.</p> <p>e) Atualização: data em que a informação foi disponibilizada; links precisam estar ativos; informações atuais; preocupação com a manutenção da fonte.</p> <p>f) Integridade: completeza (todos elementos sobre a informação devem estar presentes; concisão; quantidade suficiente para resolver um problema; excesso de informação é tão prejudicial quanto a falta.</p> <p>g) Alcance: amplitude da informação (importante que a informação tenha a profundidade requerida pelo problema a ser resolvido).</p>
3. Credibilidade	<p>a) Autoridade/confiabilidade: apresentação de informações sobre o responsável pela fonte; autor com reconhecida credibilidade em sua especialidade; hospedagem da fonte (identificação do domínio).</p> <p>b) Responsabilidade: identificação (entidade ou pessoa física que mantém a fonte; identificação da fonte (credenciais do autor).</p>
4. Aspectos contextuais	<p>a) Conveniência: prontidão na disponibilidade da informação;</p> <p>b) Estabilidade (possível de ser recuperada ilimitadamente);</p> <p>c) Adequação: equilíbrio entre a linguagem empregada e os objetivos, os usuários e suas necessidades, o ambiente e os objetivos, propósito.</p> <p>d) Facilidade de manuseio: uso fácil perante necessidade específica; facilidade de integração com outras informações.</p>
5. Representação	<p>a) Formato: consistência do emprego de padrões e normas; b) precisão e flexibilidade no formato;</p> <p>b) Adequação da representação do assunto: tipo de linguagem (natural ou controlada);</p> <p>c) Clareza da definição e precisão de domínios: naturalidade, homogeneidade; redundância mínima; consistência estrutural; representação apropriada; portabilidade (executável); armazenagem e uso eficientes.</p> <p>d) Representação concisa e consistente: apresentação dos elementos que referenciam um documento; formato compacto, conciso.</p>
6. Aspectos de compartilhamento	<p>a) Arquitetura de participação: cooperação implícita; espaços para interação ampliados; recursos facilitam a participação; associação por meio de <i>links</i>; identificação do tipo de relação mantidas.</p> <p>b) Produtor e consumidor: usuário pode fazer uso da informação e contribuir no codesenvolvimento de ações na rede; difícil distinção entre produtor e consumidor de informação; comparação do conteúdo com outras fontes; observação da quantidade/qualidade das indicações de fontes; verificação do perfil do autor; identificação das reações e opiniões; qualidade da imagem/áudio/vídeo; avaliação do argumento; valoriza a concordância assim como a discordância nos comentários.</p> <p>c) Interatividade: interface digital; conectividade <i>online</i>; busca e acesso a pessoas e conteúdos; tempo das atividades; grau de comunicação.</p>

Fonte: elaborado com base em Tomaél, Alcará e Silva (2016, p. 31-41)

Os obstáculos de tempo e distância podem ser transpostos pelas tecnologias, porém as habilidades informacionais são fundamentais não apenas para trabalhar com uma grande quantidade de informação, mas também para criar estratégias eficientes para a avaliação com critérios, seleção e compartilhamento da informação de qualidade.

Ressaltamos que as orientações da IFLA (2017) e do Senado Federal (2017) também podem contribuir para o compartilhamento de informações de qualidade, uma vez que ilustram em seus infográficos a prática da adoção de critérios

de qualidade descritos na literatura. O passo a passo proposto por essas instituições aproxima da realidade cotidiana, populariza conceitos técnicos acadêmicos, facilita a compreensão, conseqüentemente, promove a utilização dos critérios por parte mais ampla da população.

4 METODOLOGIA

Propôs-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, que teve como *locus* de pesquisa a mídia social *Facebook*. De acordo com Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória tem como objetivo

proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Por sua vez, as pesquisas descritivas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Por se tratar de abordagem quali-quantitativa, era esperada certa subjetividade, portanto a análise foi parcialmente baseada na interpretação dos autores sob a luz da literatura existente acerca do tema. A abordagem mista foi relevante, pois, de acordo com Creswell (2000, p. 35), “é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos (por exemplo, orientado para consequência, centrado no problema e pluralista)”. Assim, entendemos que

como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões. É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema. (GOLDENBERG, 2004, p. 61-62)

Para a construção desta pesquisa, inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico para dar suporte teórico, a fim de conhecer o que já foi publicado sobre os temas trabalhados em cada capítulo. Em um segundo momento, o grupo “Bibliotecários do Brasil”, na mídia social *Facebook*, foi escolhido para ser analisado neste estudo. O principal motivo para sua escolha foi por esse grupo congrega o maior e mais diverso número de profissionais bibliotecários da rede, 14.173 (acesso em 30 jan. 2018).

Quanto à coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos: primeiramente, observação; posteriormente, um questionário, que foi enviado para os bibliotecários participantes do grupo mencionado. A observação foi realizada durante um mês, entre o período de 10 de outubro e 9 de novembro de 2017. Aconteceu antes da aplicação do questionário, e foi norteada por roteiro estruturado (Apêndice A) para levantar características do grupo, tipo de informações que compartilham, fontes selecionadas e frequência dos usuários. A observação foi realizada em dois dias da semana e um do fim de semana, sendo terças, quintas e sábados, nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Após o período de observação, foi enviado ao grupo “Bibliotecários no Brasil” convite para participação na pesquisa, por meio de resposta ao questionário, em forma de postagem e comentário no *Facebook*, durante o período de um mês, entre 09 de dezembro de 2017 e 04 de janeiro de 2018. A meta de adesões era de 140 pessoas. Como ação para o seu cumprimento, o questionário foi enviado novamente no intervalo de sete dias, e individualmente como mensagem privada nos perfis dos usuários. Entretanto foi possível coletar 120 respostas, o que corresponde a quase 1% do total de participantes do grupo.

O questionário foi composto por perguntas objetivas e abertas (APÊNCIDE C) que visavam mensurar práticas dos bibliotecários quanto à seleção e avaliação das fontes de informação, além de buscar conhecer a sua percepção em relação à desinformação e à qualidade da informação que selecionam para o compartilhamento. Para as questões fechadas foi utilizada escala *Likert* de 0 a 4, onde 0 significa “nunca” e 4 “sempre”. A aplicação do questionário foi viabilizada por meio da ferramenta *Google Docs*, que possibilita o acesso direto às respostas dos participantes através do *link* da pesquisa.

Os critérios listados no questionário foram baseados no referencial teórico, especialmente nos que mais convergem na literatura citada. A formulação foi inspirada livremente no infográfico elaborado pela IFLA - de repercussão internacional - e também pelos critérios indicados por Tomaél, Alcará e Silva (2016).

Antes da aplicação definitiva do questionário, um pré-teste foi realizado com três bibliotecários colaboradores que ofereceram suas impressões quanto a clareza e abrangência do instrumento de coleta. Gil (2002, p. 119) elucida que o pré-teste “não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento”, portanto, a finalidade estabelecida foi a de receber uma avaliação

independente sobre o instrumento de coleta para que fosse válido com o respaldo de potenciais participantes. Importante, porém, esclarecer que os profissionais consultados não constam da amostra final.

Para efetivar a participação, os membros do grupo deveriam necessariamente marcar sua concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), em que foi explicitado claramente o aspecto voluntário da adesão. Por envolver seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética para apreciação. A pesquisa recebeu parecer positivo em 09 de outubro de 2017 (Número do Parecer: 2.323.331) (ANEXO A).

No que se refere à análise dos dados, inicialmente, as respostas dos participantes do questionário foram transcritas da plataforma *GoogleDocs* para uma planilha na ferramenta *Excel*, do *software Microsoft Office*, e as médias calculadas por questão (Quadro 5), separadas de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa. A partir da intensidade da frequência do uso apontada pelos participantes, analisaram-se as práticas de seleção de fontes e compartilhamento da informação dos bibliotecários.

Quadro 5 – Categorias de intensidade de frequência de comportamento

FREQUÊNCIA	INTENSIDADE
Média menor que 1,00	Baixa
De 1,01 a 2,00	Moderada
De 2,01 a 3,00	Alta
De 3,01 a 4,00	Altíssima

Fonte: Adaptado de Bartalo et al. (2013)

Em relação aos dados coletados durante a observação e das questões abertas, foram avaliados de acordo com a análise de conteúdo, que consiste, de acordo com Bardin (2011), em um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aprimoramento, que se aplicam a discursos diversificados.

Para Gil (2002, p. 89), trata-se de uma técnica que “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações. Por seu teor subjetivo, primeiramente as respostas foram divididas em categorias, mediante a compreensão de que “A opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor

alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos”, como explicam Silva e Fossá (2015, p. 7-8).

Pode ser utilizada, por exemplo, para examinar a ideologia política implícita nas notícias de jornal ou o preconceito de raça e de gênero subjacente aos textos escolares”, o que vinha ao encontro dos objetivos do estudo.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Antes de apropriadamente iniciarmos a descrição dos dados coletados com a pesquisa, convém resgatarmos brevemente os procedimentos adotados e as características do público que dela participou. Foram consultados exclusivamente profissionais com formação em Biblioteconomia, sem discriminação quanto a idade, sexo, tempo de atuação, especialidade de lotação ou de qualquer outra natureza.

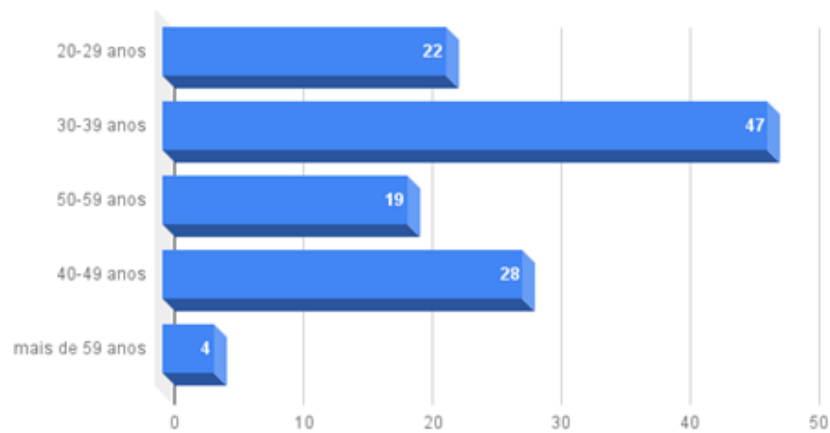
Como anteriormente mencionado, em um primeiro momento foi feita uma observação técnica do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, com a intenção de conhecer melhor o perfil dos profissionais, os assuntos abordados, o engajamento nas postagens, o horário de maior participação e a frequência de compartilhamentos dos usuários mais ativos no período estabelecido.

Durante o intervalo de um mês, 14 dias foram observados, em que exatos 300 *posts* foram publicados originalmente ou compartilhados com os demais membros do grupo, média de 21,4 postagens por dia. Durante a observação, foi possível notar prevalência do horário da manhã, que atingiu o maior número de compartilhamentos em seis dos 14 dias. O destaque absoluto foi de uma bibliotecária da região Sudeste que em 12 dias permaneceu no topo da lista de quem mais interagiu no grupo, totalizando 55 compartilhamentos.

Para atingir os objetivos de identificar as fontes digitais de informação utilizadas pelo grupo de bibliotecários para o compartilhamento, os critérios adotados para seleção, como inferem qualidade às fontes compartilhadas e conhecer a percepção em relação à desinformação nas mídias sociais, elaboramos questionário qualiquantitativo composto por 10 questões (APÊNDICE C), das quais cinco objetivas e cinco abertas, e faremos a discussão na sequência.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS

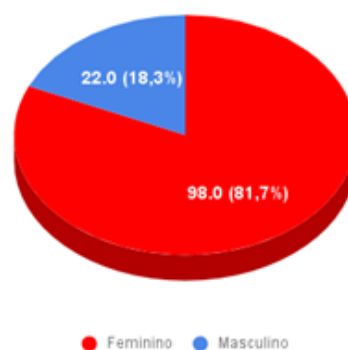
De início buscamos conhecer com mais detalhes o perfil dos profissionais, com dados referentes a faixa etária, sexo e formação acadêmica dos bibliotecários. Como podemos observar no gráfico 1, dos 120 participantes, 47 estão na faixa de 30 a 39 anos, enquanto 28 situam-se entre os 40 e 49 anos, sinalizando que mais da metade dos participantes encontram-se nessas faixas etárias.

Gráfico 1 – Faixa etária (n=120)

Quanto ao sexo (Gráfico 2), 98 (81,7%) participantes são mulheres, o que confirma a predominância de profissionais do sexo feminino percebida na área da Biblioteconomia. Em estudo sobre as relações de gênero na profissão bibliotecária, Pires (2016, p. 66) afirma:

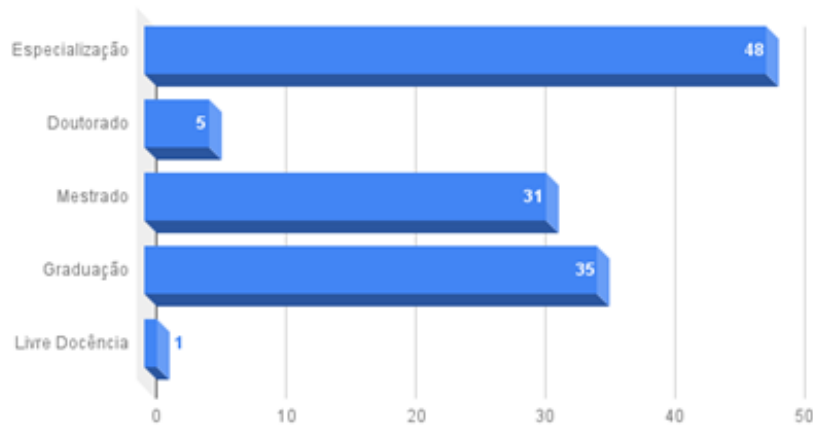
[...] em números percentuais, observa-se que ainda se constata alta feminilização dos cursos de biblioteconomia no país. Mesmo nos cursos criados a partir dos anos 90 — sob influência das intensas mudanças sofridas pela Biblioteconomia ao se aproximar de outras áreas — o percentual de mulheres graduadas é maior que o de homens.

A participação de homens nesta pesquisa correspondeu a apenas 22 participantes, menos de um quinto da amostra. O gráfico 2 explicita claramente a discrepância apontada.

Gráfico 2 – Sexo (n=120)

Referente a formação acadêmica (Gráfico 3), a maior parte dos bibliotecários (48) declarou ter concluída especialização, enquanto 35 possuem graduação. O montante de mestres também é expressivo, tendo atingido número de 31 participantes. Podemos constatar a multiplicidade quanto a realidade de instrução formal, o que dá dimensão mais ampla quanto ao retorno obtido.

Gráfico 3 – Formação acadêmica (n=120)



Esses primeiros dados apresentaram uma breve caracterização do perfil dos participantes desta pesquisa. Na sequência, serão descritos e analisados os resultados quanto às práticas de compartilhamento e desinformação.

5.2 FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS PARA O COMPARTILHAMENTO

Por termos optado por um instrumento em escala *Likert* de 0 a 4, sendo que “0” indica ausência de comportamento e “4” sua constância, cujos resultados numéricos representam o grau de intensidade de frequência das práticas dos bibliotecários, e considerando que as médias poderiam variar de 0 a 4, adotamos uma categorização para as intensidades obtidas, conforme já apresentada no Quadro 5, a saber: média menor que 1,00, baixa; de 1,01 a 2,00, moderada; de 2,01 a 3,00, alta; de 3,01 a 4,00, altíssima.

Inicialmente, conforme os dados da tabela 1, foi solicitado aos participantes que indicassem a frequência de uso em relação as fontes de informação consultadas para o compartilhamento da informação no seu dia-a-dia em mídias sociais.

Tabela 1 – Fontes de informação utilizadas para o compartilhamento da informação

Fontes para o compartilhamento	Média de frequência de uso
Fontes acadêmicas (livros, revistas científicas, bibliotecas digitais, Google Acadêmico, outras)	2,55
Portais <i>online</i> de notícias (G1, UOL, Yahoo, R7 etc.)	2,16
Sites de jornais e revistas impressas (Estadão, Veja, Época, Carta Capital, outros)	1,54
Blogs de jornalistas (Noblat, Reinaldo Azevedo, Paulo Henrique Amorim, outros)	1,04
Sites de checagem dos fatos (Agência Lupa, Aos Fatos, É ou não é?, E-farsas, Boatos.org, outros)	1,30
Grupos que partilham das mesmas concepções suas	1,80
Perfis de amigos pessoais	1,44
Sua “linha do tempo” (<i>feed</i> de notícias)	1,22

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos observar na tabela 1, as frequências médias de uso em relação aos diferentes tipos de fontes variaram entre a intensidade moderada e alta, sendo que apenas dois grupos de fontes de informação são utilizadas com frequência alta, conforme discussão a seguir.

As fontes de informação consideradas de maior prestígio no meio acadêmico (livros, periódicos científicos e bibliotecas digitais) são amplamente utilizadas por 63 dos 120 participantes, que sinalizaram o seu uso constante ou frequente. A média atingida foi de 2,55, o que indica frequência alta de uso. Em documento que baliza as diretrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, o Ministério da Educação (p. 32) atesta como competência e habilidade específica do bibliotecário “criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação”, portanto, o bibliotecário tem formação mais sólida quanto a consulta e investigação, o que pode explicar o alto índice de acesso a fontes revisadas por pares.

Em contraste, quando se tratam de informações obtidas fora do âmbito acadêmico, aumenta significativamente o número de bibliotecários que não consulta fontes registradas em domínio jornalístico ou matérias assinadas por profissionais da área da comunicação. A quantidade, variedade e subjetividade dos assuntos tratados por essas fontes pode ser a razão da menor adesão dos consultados a essas plataformas.

Os portais *online* de notícias vinculados a grandes grupos de comunicação mobilizam relativamente bem os membros do grupo “Bibliotecários do

Brasil". Em contrapartida, mesmo as décadas de publicações - que respaldam sua imagem pública – não foram capazes de posicionar os conteúdos de *sites* de jornais e revistas impressas tradicionais, ou *blogs* de jornalistas, como credenciados entre os mais considerados para consulta e compartilhamento pelos profissionais da informação participantes desta pesquisa.

Especificamente quanto aos portais *online* de notícias, 52 bibliotecários afirmaram consultar frequentemente ou sempre, enquanto 43 sinalizaram fazer pouco ou nenhum uso destes canais (m= 2,16). Podemos notar indicativo de que esses portais estão paulatinamente conquistando o mercado antes dominado por grupos editoriais de material impresso.

O número cai na medida em que o veículo ganha contornos de familiaridade. Mídias mais reconhecidas, como *sites* de jornais e revistas impressas com décadas de exposição pública e visibilidade, são majoritariamente preteridas pelos bibliotecários. Para o compartilhamento em suas mídias sociais, 65 nunca ou raramente as consultam, enquanto 28 as acessam com elevada frequência (m= 1,54). O descrédito na imprensa tradicional, que é um dos responsáveis pelo aumento na disseminação da desinformação, parece também ser realidade no meio da Biblioteconomia.

Ainda inferior em performance encontram-se as páginas que levam assinatura direta de um jornalista. Dos profissionais consultados, 49 afirmam jamais consultarem essas fontes para compartilhamento em suas mídias sociais. Apenas 19 dos respondentes tem o hábito de visitar sempre ou comumente *blogs* e páginas de jornalistas. A média para a frequência de uso desse tipo de fonte de informação foi de 1,04, considerada moderada, mas no limítrofe para a frequência baixa. Vale destacar, essa foi a menor média atingida em toda a pesquisa. Podemos notar tendência centralizadora nas instituições, que contam com maior prestígio entre os bibliotecários.

Mesmo no meio da Ciência da Informação, reconhecido pelo rigor na averiguação da informação, através das respostas é possível notar como iniciativas de checagem dos fatos ainda são desconhecidas ou subutilizadas pelos bibliotecários. A média moderada 1,3 respalda essa interpretação e está próximo a frequência baixa, assim como o item avaliado anteriormente. Em números absolutos, 74 participantes declararam não utilizar nunca ou raramente *sites* que fazem esse trabalho. É fundamental que o bibliotecário se aproxime dessas iniciativas e as incorpore também

para que tenha condições de assumir posição protagonista no processo do enfrentamento da desinformação.

Nas opções de cunho mais pessoal, os bibliotecários se manifestaram no sentido que indica menor prática de compartilhamento da informação por afinidade específica com a fonte do acesso. Enquanto 53 garantem que nunca ou raramente compartilham quando a fonte é um grupo que tem as suas convicções, 38 entendem que o fazem quase sempre. A média para essa modalidade ficou em 1,8, considerada moderada, já próxima a frequência alta. Apesar de os critérios adotados apontarem para uma frequência moderada, o resultado pode ser potencializado tendo em vista o público avaliado. Se aceitável, não é, em nenhum aspecto, desejável que um profissional da informação se permita um comportamento “de manada”, como alerta Moretzsohn (2017, p. 302):

Já na última década do século passado, quando se começava a vislumbrar o potencial da internet para a criação de redes, era possível projetar que o resultado seria a criação de grupos autorreferentes, reunidos em torno de interesses comuns, fechados em si mesmos, precisamente o contrário das propaladas diversidade e ampliação de horizontes.

O perfil de amigos nas mídias sociais não costuma ser fonte para o compartilhamento dos bibliotecários. É prática constante de 28 dos sondados considerar esses espaços como fontes adequadas. A maioria (67), porém, rejeita. Interessante observar que 80 participantes entendem não ser uma boa fonte para o compartilhamento da informação o conteúdo produzido ou compartilhados por seus próprios contatos e que aparece na sua linha do tempo (no *Facebook*, *feed* de notícias). A média alcançada, 1,22, indica frequência moderada, próxima da baixa, ratificando a interpretação advinda de afirmações anteriores de que os bibliotecários do grupo consultam mais rotineiramente fontes formais.

Ainda quanto as fontes consultadas para o compartilhamento, foi permitido que os membros do grupo adicionassem em campo aberto quais outros endereços eletrônicos fazem uso. Dos 120 profissionais, apenas 14 aproveitaram esse espaço. A parte mais significativa sinalizou apreço por fontes institucionais universitárias e canalizou comentários nessa direção, como podemos perceber nas afirmações: “*Portais institucionais (universidades brasileiras e estrangeiras, centros de pesquisa, página dessas instituições em redes sociais)*”, “[...] *organizações a*

associações ligadas ao assunto em pauta (para notícias sobre a USP, consulte a própria USP, a Associação dos Docentes e o Sindicato dos Trabalhadores (sic), por exemplo)” e “Sites de Institutos e Universidades de renome nacional, Base de Dados da Capes, etc”.

Em suma, ficou evidente a predileção dos bibliotecários por fontes acadêmicas e portais *online* de notícias para o compartilhamento, tendo em vista que foram os únicos itens que atingiram média alta de frequência de uso. Quando avaliadas fontes mais personalizadas, profissionais ou pessoais, as médias apontam para um uso moderado, o que demonstra novamente a conservação da relevância das fontes de caráter institucional.

Complementar aos dados obtidos por meio do questionário, durante o período de observação, foi também possível constatar que as fontes mais compartilhadas pelos bibliotecários são de fato vinculadas a instituições de variadas naturezas, como as diretamente relacionadas com comunicação e jornalismo, bibliotecas, escolas de cursos profissionalizantes, ministérios governamentais, entre outros. Os conteúdos mais escolhidos para publicação e compartilhamento são, como aguardado, sobre a área de atuação do bibliotecário. Assuntos que trazem denúncias, dúvidas, abaixo-assinados e opiniões pessoais geram mais engajamento, ou seja, reações através de curtidas e comentários. Por exemplo, uma imagem denúncia de um edital com salário abaixo da média do mercado para bibliotecário repercutiu com 96 reações, sendo 106 comentários, em grande parte indignados e que cobravam atitude do Conselho Regional de Biblioteconomia da região.

Na sequência, abordamos os possíveis critérios adotados pelos bibliotecários para seleção e posterior compartilhamento da informação em suas mídias sociais.

5.3 CRITÉRIOS PARA O COMPARTILHAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

No tocante aos critérios para a seleção e compartilhamento da informação (Tabela 2), os bibliotecários analisaram 12 afirmações que objetivaram expor a avaliação dos profissionais sobre a sua prática nas mídias sociais.

Tabela 2 – Critérios para seleção da informação compartilhada

Critérios para seleção e compartilhamento da informação	Média de frequência de uso
Você verifica a procedência/origem antes de compartilhar informações	2,85
Você verifica a autoridade e confiabilidade da notícia (existência fatural do autor e sua credibilidade sobre o assunto abordado)	2,72
Você se atém a responsabilidade do domínio acessado (identificação da entidade ou pessoa física que mantém a fonte e seus interesses)	2,47
Você verifica a data da informação compartilhada (se a informação é atual)	2,83
Você verifica a presença de fatos de forma imparcial (se há preconceito ideológico ou pessoal que podem afetar seu julgamento)	2,77
Você avalia a notícia na íntegra e não apenas sua manchete	2,88
Você avalia se o título da notícia reflete o conteúdo apresentado	2,90
Você identifica referências adicionais nas notícias que compartilha	2,14
Você confere se não se trata de humor (existem sites especializados em veicular notícias reais em tom satírico. Ex.: Sensacionalista, “isento de verdade”)	2,91
Você consulta especialistas (autores com formação relacionada diretamente com a área da informação)	1,50
Você busca e compara informações encontradas em diferentes fontes a fim de atestar a sua precisão (veracidade, informação correta e objetiva)	2,24
Ao buscar informações, você se preocupa em consultar visões contraditórias a respeito do mesmo assunto	2,02

Fonte: Dados da pesquisa.

Próximo da metade dos profissionais (56) entende sempre verificar a procedência ou origem antes do compartilhamento em suas mídias sociais. Apesar do número razoavelmente expressivo, pela natureza da profissão esperava-se que esse montante fosse integral, já que “Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza” e “Crítico, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação” (BRASIL, 2001, p. 32) são atitudes por excelência do profissional bibliotecário. Preocupa atestar que 30 membros consultados nunca ou raramente têm esse cuidado. A média das respostas foi de 2,8, o que tange a ideal frequência altíssima, mas ainda é considerada alta. É fundamental que levemos em consideração aspectos que vão além da informação propriamente dita, como o endereço que a veicula e a existência de seção para contato com os consumidores (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

Alguns dos bibliotecários consultados demonstraram estar insuficientemente atentos quanto a autoridade e credibilidade, sendo esses fatores prévios preponderantes para um compartilhamento seguro da informação. A autoridade e confiabilidade são tão cruciais por apresentarem informações sobre o responsável pela fonte e conferir ao autor credibilidade em sua especialidade

(TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016). Na conduta de 75 bibliotecários esse critério é considerado muitas vezes ou sempre ($m= 2,72$). Ainda que a média de frequência de uso seja alta, também está abaixo da expectativa do seletor grupo, por se tratar de um critério básico para “definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editor ou patrocinador. No entendimento de Vergueiro (1995, p. 21), a autoridade “baseia-se na premissa de que o fato de um autor ter produzido materiais de qualidade no passado é um indicador razoavelmente confiável de sua produção futura”.

A hospedagem da fonte (identificação do domínio) é outro fator que merece atenção, de acordo com Tomaél, Alcará e Silva (2016). A maioria de 55% dos bibliotecários sinalizou aderir ao uso desse critério, enquanto, em volume também expressivo, 30% discordam e não costumam praticar essa ação. A média 2,47 é indicativa de uma frequência alta.

Um critério simples e objetivo como a atualidade da informação pode ser determinante para que se ateste a pertinência do que se quer compartilhar. Consiste em identificar a “data em que a informação foi disponibilizada; links precisam estar ativos; informações atuais; preocupação com a manutenção da fonte” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016). Felizmente, 80 bibliotecários foram assertivos quanto a utilização desse juízo para o compartilhamento *versus* somente seis que nunca conferem a data das informações, em média de frequência alta 2,83, que se aproxima da altíssima. Ainda assim, é temerária a constatação de que mais de 1/4 dos bibliotecários tenham indicado raramente checar a data das informações que compartilham, pois podemos considerar esse um critério obrigatório até para leigos, não sendo aceitável o nivelamento. Moretzsohn (2017, p. 304) chama atenção para o nível superior.

Talvez seja ainda pior, considerando que mesmo pessoas bem formadas tendem a compartilhar automaticamente informações falsas ou verdadeiras, mas antigas [...], porque não conferem as datas da publicação nem verificam a origem da informação, embora saibam da existência de sites e blogs especializados em disseminar mentiras e boatos.

Ao tocarmos na polêmica imparcialidade, adentramos em ambiente mais subjetivo. Muitos consideram a neutralidade um mito. Frase creditada ao educador Paulo Freire atesta: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica”. Tão célebre quanto controversa, a sentença implica em

“evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta” (VERGUEIRO, 1995, p. 22). A medida requer constante esforço por parte de bibliotecários, jornalistas e demais profissionais que trabalhem com a informação na tentativa de anular seus preconceitos para lidar com o conteúdo da forma menos manipulativa possível.

Com essa consciência, 78 bibliotecários garantiram frequentemente ou até sempre conseguirem verificar a presença de fatos da forma mais imparcial possível. Entretanto, 31 admitiram raramente ou nunca serem capazes de se desligar das suas concepções. Os dados resultam em média 2,77, alta, e são bastante significativos, já que refletem diretamente no problema da desinformação, que deve prioritariamente ser combatido por esses mesmos profissionais. Corrêa e Custódio (2018, p. 3) assinalam ser urgente a

[...] necessidade de desenvolver habilidades para o acesso e uso da informação a fim de distinguir verdadeiras e falsas, bem como adquirir uma maior consciência social em relação à responsabilidade cidadã de replicar informações verídicas advindas de fontes consideradas fidedignas.

Importante mantermos em mente que o grupo selecionado é integralmente composto por profissionais com formação em nível superior e a maior parte possui título de especialista, portanto, de nenhuma forma a má prática relaciona-se com falta de oportunidade de acesso à educação formal, raiz de todos os males, para alguns.

Como relatado nos procedimentos metodológicos, o questionário inteiro foi testado previamente com três profissionais, que não fizeram parte da composição final da amostra. O objetivo era o refinamento da elaboração para o posterior envio definitivo. Não houve apontamento algum por parte dos profissionais quanto as afirmações sobre os critérios para seleção e compartilhamento da informação.

Apesar desse cuidado, uma bibliotecária advertiu-nos quanto ao equívoco na formulação da frase “Você avalia a notícia na íntegra ou apenas sua manchete”, que contém dupla afirmação e, portanto, compromete a correta indicação de frequência em escala *Likert*. Para não desconsiderar totalmente as respostas deste item, a análise foi feita a partir da sentença como originalmente concebida: “Você

avalia a notícia na íntegra **e não** apenas sua manchete” (grifo nosso), que corresponde com o que entendemos ser a intenção da maioria respondente.

Chamadas sensacionalistas cada vez mais são escolhidas na internet para ilustrar as notícias; prática que ficou conhecida como “*click bait*” (isca de cliques, em tradução livre), em alusão a um anzol que fisgaria do leitor. “Isto diz algo sobre as escolhas de ênfase na divulgação de notícias e sobre os objetivos de causar escândalo, especialmente nesses tempos em que as informações circulam com uma velocidade estonteante e a maioria não lê nada além dos títulos” (MORETZSOHN, 2017, p. 301). Nesse sentido, a preocupação residia em descobrir se em menor ou maior escala o comportamento denunciado pela autora também é realidade entre os bibliotecários.

É muito grave imaginar que profissionais que tem a informação como principal núcleo da própria existência do seu ofício, possam coadunar com a prática de não avaliar se o título de uma notícia de fato converge com o seu conteúdo completo. Não obstante, 29 membros do grupo “Bibliotecários do Brasil” foram sinceros no reconhecimento de que nunca ou raramente conferem antes de compartilhar informações em suas mídias sociais. No entanto, como esperado, outros 85 afirmaram ter como praxe essa conduta. Nesse quesito, encontramos média 2,9, alta, muito próxima de uma frequência altíssima, uma das maiores médias de todo o estudo.

Tão relevante quanto checar a autoridade, atualidade e conteúdo de um texto é identificar se no seu interior quem escreveu não deixou de citar as fontes que permitiram a construção dos dados expostos nos seus parágrafos. Essa medida despersonaliza, ao menos parcialmente, o texto e confere nuances de trabalho coletivo, o que também responsabiliza a terceiros pelas informações vinculadas e veiculadas.

Dos bibliotecários que participaram desta pesquisa, 53 procuram continuamente compartilhar informações que trazem fontes adicionais no seu conteúdo; 44 aparentam não dar a mesma importância para esse critério, pois nunca ou raramente o adotam como determinante na seleção dos conteúdos que disseminam. Como consequência dos números apresentados, temos a média de frequência alta 2,14. Os números quase equivalentes em uma margem de erro demonstram a existência de dois polos distintos de perfis pessoais dos profissionais.

Até mais alarmante para nossa comunidade é saber que 28 participantes sequer distinguem se o que compartilham com seus contatos nas mídias sociais se trata ou não de simples conteúdo humorístico. Apesar da enorme maioria dos respondentes (83) ter assinalado que frequentemente ou sempre realizam a conferência, um peso maior recai sobre o dado anterior.

A maior parte dos bibliotecários da amostra (68) não consulta autores da área da informação antes de compartilhar em suas mídias sociais. Apenas 27 disseram agir sempre ou frequentemente dessa maneira. A média resultante, 1,5, é considerada moderada e pode implicar em múltiplas interpretações. O motivo de um indivíduo não pesquisar pela opinião de especialistas no assunto antes de compartilhar, pode ser decorrência de alta confiança na primeira fonte consultada ou a sensação de falta de tempo, talvez até mesmo necessidade, para uma busca mais abrangente.

Na mesma linha da preocupação anterior, também é fundamental comparar a informação com outras fontes de notícias que a tenham transmitido, para razoavelmente atestar sua precisão. Como alertou o Senado Federal (2017), “Pesquise na web para ver se mais de uma fonte confiável publicou a notícia. Informações verdadeiras costumam ser publicadas por vários sites confiáveis”. No que diz respeito a esse aspecto, 56 dos bibliotecários participantes desta pesquisa indicaram checar a veracidade e objetividade da informação antes de compartilharem com suas redes de contatos; outros 42 informaram que dificilmente agem com o mesmo zelo. Ainda que alta, a média 2,24 inspira maior atenção nas práticas do bibliotecário para que, em hipótese alguma, compartilhe informações sem se certificar da existência de outras fontes que igualmente se responsabilizem pela apuração das informações.

Vimos como é indispensável conferir ao menos uma segunda fonte para confirmar uma notícia ou informação; mas, para certificarmos de maior qualidade, tão imperativo quanto é buscarmos opiniões que vão de encontro ao que foi absorvido na primeira fonte, para que não formemos nossas percepções diante de argumentos que representem apenas um olhar sobre determinada questão, evitando, assim, o “efeito bolha”. Um resultado aquém da expectativa é o que sugere a média quase moderada 2,02, já que de um grupo de bibliotecários espera-se prática mais frequente de busca de múltiplas fontes. Os números expuseram um empate técnico entre os bibliotecários consultados que indicam raramente ou nunca procurarem

visões contraditórias sobre um assunto antes do compartilhamento e os que sempre ou frequentemente adotam tal postura.

Além dos critérios elencados na Tabela 2, foi solicitado aos bibliotecários que mencionassem outros critérios adotados para atribuir qualidade às fontes digitais de informação que compartilham. As respostas foram organizadas em oito categorias, a saber (em ordem decrescente de aderência): os mencionados; confiabilidade percebida; resposta não condiz com a pergunta; consulta a outras fontes; compatibilidade de ideias; viés da fonte; não usa nenhum; comentários em destaque. Elas reúnem resumidamente o comportamento descrito pelos profissionais. Assim como no tópico anterior, algumas das afirmações foram adequadas em múltiplas categorias.

A grande maioria entendeu que os critérios mencionados pelos autores da pesquisa já cobriam inteiramente suas práticas na avaliação da qualidade das fontes digitais de informação para o compartilhamento. Um total de 51 bibliotecários assim considerou, o que representa quase metade da amostra. “*Todos os critérios que uso foram mencionados*”, assim como “*Não utilizo outro critério*” abonam a elaboração da categoria.

Diferentemente do critério mencionado no segundo item da Tabela 2, a confiabilidade percebida distingue-se por ser especificamente de ordem pessoal, ou seja, o sujeito confia na fonte sem necessariamente ela ter atendido a um ou mais dos outros critérios de avaliação. Essa foi a indicação de 23 bibliotecários, que alegaram confiar em amigos pessoais, na qualidade do texto gramatical (“*Ineditismo, boa redação, estruturação do texto*”) e nas imagens associadas como atestado de confiança, em uma espécie de responsabilização dividida.

Alves e Barbosa (2010, p. 121) explicam que “a confiança depende da crença na integridade, no caráter e na capacidade de cada um dos elementos envolvidos nas interações pessoais”. Por sermos conhecedores da falibilidade humana, qualquer tipo de confiança irrestrita soa como ingenuidade ou displicência. Nesse sentido, as afirmações “*A pessoa que compartilhou a informação também atribui certo grau de confiabilidade à notícia. Há pessoas que você tem certeza que não compartilhariam notícias falsas*” e “*As vezes, dependendo do amigo(a), compartilho sem certificar-me dos critérios acima, por esse amigo(a) também se importar em verificar a veracidade da notícia*” são temerárias e carregam em si erro nato.

A confiança é sem dúvida um valor fundamental para a vida em sociedade. Sem ela, não viajaríamos para lugar algum, tendo em vista que não exigimos a apresentação da credencial dos pilotos ou motoristas que vão nos conduzir. Esse tipo de relação é estabelecido incontáveis vezes em nossas vidas. Entretanto, também é um valor fundamental a desconfiança, que nos coloca em posição de defesa e alerta em outros igualmente incalculáveis momentos, como ao atravessar de uma rua.

Na categoria “resposta não condiz com a pergunta” foi possível observar no relato de alguns bibliotecários que ao invés de mencionar critérios utilizados para selecionar as informações que compartilham, foram indicados alguns exemplos de fontes de informação e assuntos de interesse, como por exemplo, “Google docs”, “Dicas úteis, eventos culturais etc.”, “Notícias que divulguem sobre fatores humanos diante (sic) do uso das tecnologias”, “Educação, Política e Cidadania”, entre outros.

Ainda que a rigor seja uma categoria conflitante com critérios anteriormente mencionados, as respostas que justificam a sua criação dirigiam-se em sentido complementar ao original. Como fontes diferentes, alguns dos 13 bibliotecários indicaram “Consulta a amigos e colegas que também pesquisam antes de compartilhar”, consultar a “Quantidade de resultados recuperados sobre o assunto” e também “Geralmente desconfio de quase tudo que aparece no Face, então antes de qualquer compartilhamento de alguma notícia que eu não tenha certeza digito a palavra é falso no Google junto da manchete do post”.

Em número menos significativo, sete profissionais creditam a compatibilidade de ideias e outros seis ao viés da fonte como critérios legítimos para atestar qualidade de uma informação que pretendem compartilhar. Um bibliotecário afirmou compartilhar “Autores que conheço e com os quais compartilho mesmo ponto de vista”, enquanto outro relata “Verificar se a autoria tem alguma vinculação partidária”.

Como seres gregários, é compreensível que seres humanos assim se comportem. Em “A rebelião das massas”, Ortega y Gasset explica o fenômeno natural de pertencimento ao grupo que é o gatilho para esse comportamento. De qualquer forma, como profissionais da informação, devemos nos esforçar para que não nos comportemos como replicantes de nós mesmos, a fim de limitarmos nossa parcialidade e preconceitos, como sugere a ACRL (2016, p. 7), que, lembramos,

também recomenda “manter uma mente aberta e uma postura crítica” e “seguir diretrizes éticas e legais na coleta e uso de informações”.

Uma dupla de profissionais adota critério deveras curioso para selecionar uma notícia antes do compartilhamento. Eles disseram consultar os “*Comentários na notícia ou informação*” em destaque de maior relevância pelo engajamento que tem na rede, a ver: “*Acompanhamento de comentários, porém, costume antes verificar também o grau de conhecimento do usuário que postou o comentário*”.

Por fim, três bacharéis confirmaram não fazer uso de critério algum para a seleção e compartilhamento da informação, o que inclui os listados previamente no questionário. O resultado reforça a sensação de que não é toda a categoria que está engajada, sequer preocupada, com a circulação de desinformação nas mídias sociais.

Entre os critérios para a seleção e o compartilhamento da informação avaliados, apenas uma média ficou no intervalo considerado moderado, o que atestou frequência alta na prática do uso de critérios por parte dos bibliotecários. Sobressai também o fato de que nenhuma média altíssima foi estabelecida. Podemos concluir que os bibliotecários em grande medida fazem uso de critérios para avaliação das fontes antes do compartilhamento em mídias sociais, ainda que careça de um maior esforço para que a área da Biblioteconomia seja elevada ao nível extraordinário que a categoria precisa ter por ser referência às demais profissões.

Embora a análise tenha sido feita com base na média de frequência de uso encontrada para cada critério, também foi realizada uma análise especificamente em relação à frequência zero, considerando a relevância de que todos deveriam adotar algum tipo de critério. Em todas as afirmações houve indicação de frequência nula para os critérios. O maior destaque negativo fica por conta da consulta de especialistas, em que não menos do que 30 bibliotecários sinalizaram em hipótese alguma fazer uso desse recurso. A adoção de critérios de qualidade para avaliação das fontes e da informação é o principal recurso no combate a circulação da desinformação e principalmente profissionais da Ciência da Informação não podem negligenciá-los.

Ainda em relação ao compartilhamento de informação nas mídias sociais foi solicitado aos participantes a indicação dos aspectos que motivam essa prática. Como na análise anterior, foram definidos grupos por tipo de conteúdo e assim

estabelecidas algumas categorias em relação aos motivos para o compartilhamento. Para a maioria dos bibliotecários o interesse particular (pessoal ou profissional) e a relevância percebida ou utilidade pública foram as categorias que mais motivam o compartilhamento.

Na sequência apresentamos seis categorias que congregam de forma sintética o comportamento exposto pelos bibliotecários, sendo elas: interesse particular pessoal/profissional; relevância percebida/utilidade pública; promover o acesso à informação; conteúdo/conhecimento; interesse dos contatos; veracidade. Esclarecemos que algumas das respostas foram associadas a mais de uma categoria, por isso os números, se cruzados, não convergem com o total de participantes. Os exemplos que justificam virão na sequência.

Para entender o que leva os membros do grupo “Bibliotecários do Brasil” a compartilhar informação com seus contatos nas suas mídias sociais, solicitamos a indicação de fatores que influenciam no momento da partilha. Podemos entender o compartilhamento das informações, de acordo com Davenport (1998, p. 115), como “o ato *voluntário* de colocá-las à disposição de outros” (destaque do autor) e a motivação como “aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma, a ter determinada atitude ou comportamento diante de uma situação” (ALCARÁ et al., 2009, p. 180).

Mediante a dúvida levantada, um dos profissionais afirmou: “*As únicas coisas que gosto de compartilhar são a respeito de meus maiores interesses pessoais, como literatura, biblioteconomia, viagens, artes, etc. Não sou de adentrar a assuntos polêmicos nas redes sociais*”, o que encaixou exclusivamente na maior categoria estabelecida, “interesse particular pessoal/profissional”, que contou com um total de 46 respostas dos participantes. Outra profissional que também compartilha pela mesma razão afirmou assim o fazer “*pela pertinência do assunto a mim como cidadã ou como bibliotecária*”.

A relevância percebida e utilidade pública da informação foi a escolha de 40 participantes como fator determinante na opção pelo compartilhamento. Um deles conta “*Raramente compartilho e quando o faço é para chamar a atenção da sociedade para questões políticas e sociais*”. Para Recuero (2014, p. 120), “A percepção deste algo como relevante para a rede social é igualmente um valor para aquele que compartilha e para aquele que foi compartilhado”. Em conjunção com a categoria sobre interesses particulares, um dos membros afirmou “*Difundir*

informações que acredito relevantes, defender causa que apoio, compartilhar informações úteis". A afirmação exemplifica a inclusão em mais de uma categoria de motivos para o compartilhamento.

Notamos a forte influência de uma motivação intrínseca, ou seja, motivação que indica a satisfação inerente derivada do compartilhamento de uma informação sem resultar em um benefício próprio direto, como uma promoção ou recompensa pecuniária, por exemplo (LIN, 2007, p.137). Akaichi (2014, p. 41) explica que o altruísmo "pode ser visto como uma forma de bondade incondicional sem a expectativa de um retorno. Estes indivíduos são motivados intrinsecamente por contribuir com seus conhecimentos, porque gostam de cooperar com as outras pessoas". O número mais expressivo de adesões à categoria de interesses particulares em detrimento do senso de utilidade pública indica, sem margem para dúvida, que o interesse privado sobrepõe o coletivo como fator determinante para o compartilhamento da informação.

O caráter voluntário do compartilhamento destacado por Davenport (1998, p. 115) é importante para que não confundamos um compartilhamento com um relato, que é involuntário e parte sistemática de um comportamento organizacional. Nesse sentido, promover o acesso à informação foi a preocupação externada por 31 bibliotecários. Conscientes de seu papel profissional e social, um profissional assegura compartilhar a informação com o objetivo de "*Disseminar para um maior número possível de pessoas*", enquanto outro entende ser um agente do "*acesso a informação para todo e qualquer cidadão*". Dudziak (2007, p. 97) entende que o bibliotecário "Ao mobilizar a comunidade, deve agir com integridade, ética e responsabilidade. Sobretudo, deve compreender, responder e influenciar o contexto político, social, econômico, legal, e cultural maior", o que ela rotula como um papel de mediador pedagógico e agente de transformação.

A afirmação "*Disseminar conteúdos que possam colaborar para o conhecimento e despertar o interesse na participação de discussões nos comentários*" deu origem a categoria que enaltece o compartilhamento pelo seu conteúdo, ainda que a frase também denote a preocupação do profissional em promover o acesso à informação. Foram 15 os bibliotecários que demonstraram inclinação ao compartilhamento por razão do conhecimento, como um escreveu: "*O conteúdo das informações. Dependendo do assunto tratado nas matérias vejo a que grupo pode*

interessar aquele conteúdo. [...] Tudo vai depender do conteúdo da informação veiculada e a que público ela foi direcionada”.

Em menor quantidade, 12 profissionais apontaram o interesse dos contatos como fator preponderante na decisão para o compartilhamento. Para um dos consultados, importa especialmente *“a divulgação de notícias e informações relevantes ao meu ciclo de contatos”*. A motivação aparentemente altruísta também revela cruzamento com o senso de prestação de serviço de utilidade pública, como vemos na declaração. Em ações como essas, de origem interna e que as intenções têm origem no próprio indivíduo, *“não dependendo de incentivos externos [...], a confiança, a amizade, a afinidade, a harmonia e a doação podem ser consideradas elementos que promovem comportamentos motivados e influenciam positivamente”* (ALCARÁ et al., 2009, p. 180).

O item que recebeu menor número de indicações na decisão pelo compartilhamento foi a veracidade. Apenas sete bibliotecários sinalizaram essa característica como determinante. Uma bibliotecária disse compartilhar a informação a depender de *“O quão de interesse, humor e verdade ela tem”*. Enquanto outra profissional reconhece em si mesma uma função de responsabilidade de maior peso para com seus contatos: *“Passar informações confiáveis para amigos que não possuem hábitos de pesquisa, muitas vezes, nós somos considerados como fontes confiáveis por familiares e amigos que não tiveram as mesmas oportunidades de estudo, acredito que ao visualizar a notícia em meu perfil eles consigam sentir confiança”*.

Em síntese, quanto aos critérios para seleção da informação compartilhada, a média dos itens demonstrou alta frequência de uso pelos bibliotecários, ainda que, ao menos em alguns critérios, a expectativa era de que a frequência fosse altíssima, tendo em vista que os participantes são todos profissionais da informação. A média mais alta para esse item foi o que indicava a conferência quanto ao aspecto humorístico do conteúdo da informação, que atingiu média 2,91, muito próxima da frequência altíssima. Causou preocupação, porém, a constatação de que 30 bibliotecários nunca procuram consultar especialistas antes de compartilhar algo em suas redes.

5.4 PERCEPÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM RELAÇÃO À DESINFORMAÇÃO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Descobrir se o bibliotecário é conhecedor do problema da desinformação e tem em seu bojo de preocupações a sua disseminação era o foco de todos os objetivos e questão principal da pesquisa. Assim sendo, questionamos os participantes quanto a esse respeito e solicitamos que detalhassem seus posicionamentos. Como tratavam-se de questões abertas, em coerência com as análises precedentes, o conteúdo foi organizado a partir do estabelecimento de algumas categorias para análise.

Quase integralmente as respostas afirmativas justificaram o posicionamento dos bibliotecários no sentido de que acreditam ter responsabilidade social por conta da profissão que exercem. Foram 116 (96,6%) afirmações mediante a dúvida se estão cientes sobre o problema da desinformação e preocupam-se com sua disseminação. Dudziak (2007, p. 96) acredita que “Como agente educacional de transformação, o bibliotecário assume para si, além do papel de educador, renovação de sua própria competência informacional, adotando e disseminando práticas transformadoras na comunidade”. Mediante semelhante compreensão, um dos profissionais respondeu: *“Sim, por que o mundo atual está saturado de informações e o ser humano tem limite para assimilar informações. Diante disso, é necessário que se saiba priorizar a atenção a informações de qualidade e que sejam úteis”*. Em tom assertivo e de autocrítica à categoria, um colega denunciou *“Sim, ciente e vendo muitos ditos profissionais da informação ajudando a propagar inverdades”*.

Ainda há aqueles que desmereceram a situação e não se incomodam em admitir indiferença: *“Não me preocupo pois quase nunca publico na minha página”*, aparentando não se dar conta da dimensão além da sua vida particular que a desinformação alcança. Apenas um profissional confessou *“Não tenho profundo conhecimento sobre isso”*.

Muitos relataram sensação de impotência frente ao problema, creditado em grande parte ao excesso de informações circulantes. Indicam preocupação com o efeito negativo na sociedade. Poucos indicam já estarem mais inteirados e em busca de formação complementar sobre o assunto, como participação em oficinas de checagem dos fatos ou palestras.

Temas de estudo da área da Ciência da Informação, como Competência em Informação e Competência Crítica em Informação, são citados por

um grupo pequeno de profissionais que indicam sua importância para a discussão. Outra preocupação denunciada é a formação de “bolhas” e a intencionalidade nas informações veiculadas, perigo outrora denunciado por Volkoff (2004, p. 182): “Formam-se assim na rede *comunidades de crença*. Assim, o importante é a fidelização” [destaque do autor].

Quase nenhum bibliotecário aponta disposição de esclarecimento defronte à desinformação. Com desprendimento, uma profissional afirma “*Estou ciente, mas não verifico. Quando leio algo suspeito não compartilho*”. Em estudo sobre as medidas estratégicas soviéticas de propagação da desinformação, Shultz e Godson (1984, p. 148) afirmam que “muitas das falsificações dirigidas contra os Estados Unidos assumiram a forma de documentos e boletins oficiais do governo americano, de aparência autêntica mas falsos”. Desse modo, é real que “*A desinformação é um problema tal qual a falta de informação. Uma informação não real (manipulada) é tão preocupante e perigosa quanto a falta de acesso a informação real*”, como acredita um dos questionados.

Em conjunto com a ciência do problema, buscamos também descobrir se os bibliotecários consideram importante o assunto para a sua atuação profissional e pedimos que justificassem suas respostas. Novamente, quase 100% dos participantes responderam positivamente. Pudemos constatar um aceno mais recorrente quanto ao protagonismo do bibliotecário no combate à desinformação, como por exemplo no seguinte relato “*Sim, Porque coloca o profissional da informação (enquanto profissional que tem a informação como insumo fundamental para a profissão) como agente responsável por combater a disseminação de informação sem critérios de confiabilidade*”.

Por outro lado, manifestações de ceticismo também surgiram: “*Sim, considero, mas não pelo fato que a maioria dos profissionais tem abordado (que é a de que temos o "poder" de verificar as fake news, de avaliar isso). Há muitos bibliotecários compartilhando este tipo de desinformação, que não sabem sequer quais fontes consultar, parados no tempo e munidos de um julgamento de valor que beira ao ridículo. Isso é bastante preocupante, pois se anunciamos para o mundo em nossos textos e aulas que somos peças importantes neste contexto, mas as timelines estão repletas deste conteúdo, é uma grande contradição*”.

Para nossa pesquisa, tão importante quanto provocar a consciência profissional do bibliotecário era inspirar nele o cuidado nas mediações em seu círculo

privado. Para tanto, procuramos descobrir se eles consideravam importante o assunto para a sua vida pessoal, especialmente em suas mídias sociais. Foi solicitada justificativa.

Quase todos os participantes declaram se importarem com a desinformação além do seu ambiente de trabalho: 117 bibliotecários asseguram considerar importante o assunto para a sua vida pessoal e em suas mídias sociais, com o reforço de um expressivo número que potencializou a resposta de forma superlativa: *“Sim. Muito importante, visto ser meu trabalho disseminar informações, por esse motivo primar pela veracidade é fundamental para dar credibilidade ao meu trabalho”*. Ainda que três entendam não refletir em qualquer consequência o fato de não se importarem, como fica claro na declaração *“Pra minha vida pessoal não, não muda nada”*.

A maioria das justificativas converge com o que já foi discorrido anteriormente, mas alguns colegas evidenciaram o dever ético do profissional também enquanto cidadão, com o adicional de temerem pela perda de reputação se assim não agirem. *“[...] o tema também pode se aplicar à ética nas relações interpessoais, mesmo que seja fora do âmbito profissional”*, lembrando o que o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002, p. 1) predispõe como princípio de conduta em seu segundo artigo: *“dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe”*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há décadas estudos buscam compreender processos informacionais, estabelecer práticas de busca e uso da informação, além de desenvolver as habilidades e as competências dos usuários. Esses são temas recorrentes na área da Ciência da Informação. Entretanto, pesquisas sobre a qualidade da informação ligada ao problema da desinformação ainda são incipientes. Em um contexto cada vez mais conectado e globalizado, o assunto tem preocupado profissionais de variadas áreas e mobilizado também parte da sociedade civil organizada.

O problema da viralização de boatos atinge outro patamar quando assimilamos que a desinformação é ainda mais grave, tendo em vista seu caráter premeditado, intencional. Migramos assim da seara da mais evidente habilidade na forma de lidar com as fontes de informação para a necessidade do desenvolvimento de uma prática mais sofisticada, que envolve também a avaliação qualitativa sobre a motivação do compartilhamento da informação e a adoção de múltiplos critérios para avaliação das fontes, papel que deve ser reconhecido em especial pelo profissional bibliotecário.

A partir desse contexto, o objetivo da pesquisa foi analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários participantes do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, referente aos critérios de avaliação da qualidade adotados para evitar a disseminação da desinformação. Para tanto, buscamos identificar as fontes digitais de informação utilizadas pelo grupo de bibliotecários para o compartilhamento, averiguar os critérios adotados para a seleção e o compartilhamento da informação no *Facebook*, apurar como inferem qualidade às fontes digitais de informação compartilhadas e verificar a percepção do bibliotecário em relação à desinformação nas mídias sociais.

Através de questionário elaborado na plataforma *GoogleDocs*, 120 bibliotecários, membros do grupo “Bibliotecário do Brasil” no *Facebook*, indicaram suas frequências de acesso a fontes informacionais e critérios que utilizam para o compartilhamento em suas mídias sociais. Embora não se possa fazer generalizações, considerando-se o tamanho da amostra em relação ao todo de membros do grupo (aproximadamente 14 mil), os resultados mostram algumas características importantes em relação às práticas de compartilhamento desses bibliotecários, tais como a relevância do enfrentamento da desinformação percebida

quase que na totalidade pelos profissionais, mas concomitantemente a inércia de alguns participantes que sinalizaram nunca ou pouco utilizar critérios para o compartilhamento da informação em suas mídias sociais.

Como adotamos a escala *Likert* para quantificar a frequência do uso de fontes e critérios para avaliação da qualidade da informação, foi possível o estabelecimento de médias que indicam a adesão dos bibliotecários. Médias entre 0 e 1 eram consideradas baixas; 1 e 2, moderadas; 2 e 3, altas e, por fim, entre 3 e 4 altíssimas. Foram analisadas 20 afirmações, sendo que todas as médias sugeriram frequência de uso moderada ou alta.

Quando analisadas as fontes para o compartilhamento, as médias mais expressivas apontaram para um acesso alto de fontes acadêmicas ($m= 2,55$), como livros e revistas científicas, e média moderada, quase considerada baixa, de consideração por blogs assinados por jornalistas. Somados esses aos demais números, ficou evidente uma preferência por fontes institucionais em detrimento de fontes personalizadas, mesmo que hospedadas pelas mesmas instituições acessadas.

Ao considerar os critérios para seleção da informação compartilhada, ainda que as médias de muitos critérios elencados tenham revelado alta frequência de adoção, esperava-se constatar uma frequência altíssima de critérios considerados basilares na avaliação da qualidade da informação, especialmente considerando que o grupo respondente era composto exclusivamente por profissionais graduados em Biblioteconomia, curso que preza pelo ensino dessas práticas.

A avaliação da íntegra do texto com o título das notícias e a conferência quanto ao aspecto humorístico do conteúdo foram os destaques positivos, com médias 2,9 e 2,91, as mais próximas da frequência altíssima. Em contrapartida, a média moderada 1,5 desponta negativamente para a consulta de especialistas, com 30 bibliotecários mencionando nunca procurarem fazer uso desse critério antes de compartilhar algo em suas redes.

É fundamental que mais pesquisas sejam realizadas sobre a desinformação, o compartilhamento e a qualidade da informação, não apenas em mídias sociais, mas também em outras comunidades de bibliotecários, com fontes distintas do *Facebook*. A Ciência da Informação precisa manter-se atenta ao que está em voga na sociedade e a demanda por estudos relacionados às *fake news* suas causas e implicações certamente fazem parte das demandas atuais.

Publicações sobre esses assuntos estão aumentando nos últimos anos, o que culminou em um fascículo em 2017 dedicado ao tema, do periódico Liinc em Revista, vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como ainda é escasso o material sobre a problemática e crescente sua importância, sobretudo que envolva diretamente a categoria dos bibliotecários, enfatizamos ainda outra vez a necessidade de mais estudos que reflitam sobre as práticas necessárias para que tornemos seus efeitos nocivos diminutos e assumamos protagonismo nesse processo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL (Empresa Brasil de Comunicação). Flávia Villela. **Celular é principal meio de acesso à internet no Brasil, mostra IBGE**. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/celular-e-principal-meio-de-acesso-internet-na-maioria-dos-lares>>. Acesso em: 19 out. 2016.

AKAICHI, Tatianne. **Compartilhamento da informação e do conhecimento na rede dos coordenadores dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, 2014. 196p.

ALCARÁ, Adriana Rosecler et al. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 170-191, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a12.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ALVES, Alessandra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-128, 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1282/1460>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

AMPUDIA, Ricardo. Brasil lidera número de smartphones conectados na América Latina. **Folha de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1917782-brasil-lidera-numero-de-smartphones-conectados-na-america-latina.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (Estados Unidos da América). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARTALO, L. et al. Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na universidade estadual de londrina In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib/2013/XIVenancib/paper/viewFile/457/268>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 371-380, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073/3393>>. Acesso em 15 dez. 2017.

BOCHNIA, B. A.; ALCARÁ, A. R. Competência digital: conceitos, características e modelos. In: SIMEÃO, E.L.M.S.; BELLUZZO, R.C.B. **Competência em informação: teoria e prática**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2015, p. 369-386. Disponível em: <https://issuu.com/necfci-unb/docs/compet_ncia_em_informa____o>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRAGA, Ryon. **O excesso de informação: a neurose do século XXI**. Disponível em: <<http://www.mettodo.com.br/pdf/O%20Excesso%20de%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. **Parecer CNE/CES nº 492 de 9 de agosto de 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Como identificar notícias falsas**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/qCp5cC>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

_____. **Como não cair nos boatos de internet**. 2016. Disponível em: <goo.gl/5p7afx>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. 551p.

BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Poder informacional e desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/43734>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BUFREM, Leilah Santiago. Questões de metodologia: parte 1. **AtoZ**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41279/25195>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BUTARELLO, Neiva A. L. et al. Informação e conhecimento: proteger ou compartilhar? In: TOMAÉL, Maria I.; JESUS, José A. G. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão**. Londrina: Midiograf, 2010. p. 99-116.

CAPELAS, Bruno. Brasil chega a 168 milhões de smartphones em uso. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 14 abr. 2016. Disponível em:

<<http://link.estadao.com.br/noticias/gadget,brasil-chega-a-168-milhoes-de-smartphones-em-uso,10000047873>>. Acesso em: 19 out. 2016.

CARTA CAPITAL. Antonio Luiz M. C. Costa. **Onde está a (pós) verdade?** 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/932/onde-esta-a-pos-verdade>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

CARVALHO, Olavo. O que é desinformação. **O Globo**, Rio de Janeiro, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/o-que-e-desinformacao/>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, v. 9, n. 1, p. 17-25, jan./abr., 1997. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1589/1561>>.

CHOO, C. W. Como ficamos sabendo: um modelo de uso da informação. In: _____. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2006. c. 2, p. 63-120.

COELHO, Vânia Lúcia; SILVA, Marcia Regina da. Acesso competente à informação na web. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 3–15, jul./set., 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/29027>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

COMO O FACEBOOK PRETENDE LIDAR COM NOTÍCIAS FALSAS. **G1**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/como-o-Facebook-pretende-lidar-com-noticias-falsas.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB n. 42 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CUSTÓDIO, Marcela Gaspar. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Online First, 2018. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777/1009>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf>. Acesso em 12 ago. 2017.

DAVENPORT, T. H. Cultura e comportamento em relação à informação. In: _____. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. c. 6, p. 109-139.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/8246>>. Acesso em: 11 out. 2016.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2004. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usos-e-usuc3a1rios-da-informac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, 2001. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <<http://cmapspublic.ihmc.us/rid=1KR7TKCH1-1DG3NXF-5STC/DUDZIAK%282001%29-Dudziak2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Bibliotecário como agente multiplicador da competência informacional e midiática. In: BELLUZZO, R.C.B.; FERES, G.G. **Competência em informação: de reflexões às lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013, c. 7, p. 209-224. Disponível em: <https://issuu.com/necfci-unb/docs/compet_ncia_em_informa___o__de_re/208>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, 2007. Disponível em: <<https://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/1396/878>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GARCIA, Marcelo; CARDOSO, Janine. **Disseram por aí: boatos sobre zika no Facebook da Fiocruz**. 2017. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3058-1.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

GASQUE, Kelly Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço do Letramento Informacional e contexto educacional. In: _____. **Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. cap. 1, p. 25 – 53. Disponível em: <http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3>. Acesso em: 04 jul. 2016.

GASQUE, Kelly Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02>>. Acesso em: 14 out. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo [organizadores]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/Como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa**, 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

GOMES, Helton Simões. *Facebook e Google miram modelo de negócio das notícias falsas; entenda*. **G1**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/facebook-e-google-miram-modelo-de-negocio-das-noticias-falsas-entenda.ghtml>>. Acesso em: 09 maio 2017.

HARFORD, Tim. Na era da pós-verdade, os fatos precisam de defensores. Tradução de Clara Allain. **Folha de São Paulo**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865256-na-era-da-pos-verdade-os-fatos-precisam-de-defensores.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (Holanda). **How to spot fake news**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11174>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (Brasil). **Relatórios**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/relatorios>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; ONG AÇÃO EDUCATIVA (Brasil). **Inaf Brasil 2011: principais resultados**. 2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRWE5UY2FiMzFhZEK/view>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

KADUSHIN, Charles. **Understanding Social Networks: theories, concepts, and findings**. Oxford: Oxford University Press, 2011. 264 p.

KESLER, Ana Valquíria; DUTRA, Luiz Henrique Menegon. A desinformação causada pelo excesso de informação no ambiente virtual. **Entrementes**, v. 12, 2015. Disponível em: <<http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-desinformacao-causada-pelo-excesso-de-informacao-no-ambiente-virtual.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

LATGÉ, Luiz Cláudio. O mundo pós-verdade. **O Globo**. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opinia/o-mundo-pos-verdade-20522515>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares; MATOS, José Claudio Morelli. A zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. In: **XXVII Congresso**

Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Fortaleza, Ceará, 2017, p. 2334-2349.

LIMA, Aline Poggi Lins. O uso de ferramentas da Web 2.0 no compartilhamento de informação e conhecimento. **MPGOA**, João Pessoa, v.3, n.1, p. 128-139, 2014.

Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/mpgoa/article/download/19777/11055>>. Acesso em: 12 maio 2017.

LIN, Hsiu-Fen. Effects of extrinsic and intrinsic motivation on employee knowledge sharing intentions. **Journal of Information Science**; v 33, n. 2, p. 135-149, 2007.

Disponível em

<<http://journals.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/0165551506068174>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

LOPES, Ilza Leite. Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na Web. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 81-90, jan./abril 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abril 2017.

LOUREIRO, A.; ROCHA, D. **Literacia digital e literacia da informação:**

competências de uma era digital. II Congresso Internacional TIC e Educação, 2012.

Disponível em: <<http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/376.pdf>>. Acesso em: 04 jul 2016.

LOURENÇO, Ramon Fernandes; TOMAÉL, Maria Inês. Mídias locativas, wikicidade e cibercidade: uma relação entre sociedade, informação e cidade. In: VALENTIM, Marta Lígia. P.; OLIVEIRA, C.L. de; MIRANDA, A.(Org.). **Gestão da Informação, comunicação e tecnologia**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2015, c. 23, p. 341-357. Disponível em:

<https://issuu.com/necfci-unb/docs/gest_o_da_informa_o>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. bras. ci. inf.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010. Disponível em:

<<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/26/56>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação:

abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação.

In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10 n.2, p.140-165, jul./dez. 2005. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/341/148>>. Acesso em 21 fev. 2017.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na *internet* e participação política. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr. 2013, p. 27-33. Disponível em:

<https://chasqueweb.ufrgs.br/~jacksonmedeiros/pubs/2013_esfpub_pol_transinformacao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MERRIAN-WEBSTER DICTIONARY. Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/disinformation>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL (São Paulo). Universidade de São Paulo. **Relatório automático semanal de posts 07/10/2017 – 14/10/2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.monitordigital.org/semanal/relatorio-automatico-semanal-de-posts-07102017-14102017/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088/3404>>. Acesso em 15 dez. 2017.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. A desconstrução do conceito de “qualidade da informação”. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p 36-45, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n1/05.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

NÚMERO DE SMARTPHONES EM USO NO BRASIL CHEGA A 168 MILHÕES, DIZ ESTUDO. **Folha de São Paulo**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1761310-numero-de-smartphones-em-uso-no-brasil-chega-a-168-milhoes-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2016.

NÚMERO DE SMARTPHONES SUPERA O DE COMPUTADORES NO BRASIL. **Exame**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/numero-de-smartphones-supera-o-de-computadores-no-brasil/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

OLETO, Ronaldo Ronan. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, jan./abr. 2006, p. 57-62. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/1153/1316>>. Acesso em 8 jul. 2017.

OTTONICAR, S.L.C. et al. Competência em informação e a competência midiática sob o enfoque da liberdade de expressão. In: **Competência em informação: teoria e prática**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. p. 57-72.

OXFORD DICTIONARIE. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/disinformation>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

_____. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>>. Acesso em: 8 jan. 2017.

PACEPA, Ion Mihai; RYCHLAK, Ronald J. **Desinformação**: ex-chefe de espionagem revela estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover o terrorismo. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2015. 555p.

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa Maria Quadros. Questões sobre a avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 81-95, jul./dez.1998. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/11/pdf_b0bdbd1a0d_0012662.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

PALETTA, Francisco Carlos; PELISSARO, Bárbara. Informação, ciência e tecnologia na sociedade da informação no contexto da *Web 3.0*: uma análise a partir de três questões. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-28, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/download/3133/2806>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/fidelr/RayaPubs/ConceptualFrameworks.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade**: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. (Dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AE6MYV/disserta_ao_hugo_avelar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 fev. 2018.

POZO, J. I. **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento**. p. 34-36. Disponível em: <<http://www.udemo.org.br/A%20sociedade.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no *Facebook*. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 28, n. 68, p. 114-124, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/7323/4187>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SANTANA, Célio; LIMA, Camila. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 307-322, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3940/3389>>. Acesso em 15 dez. 2017.

SECO, Layara Feifer Calixto; SANTOS, Zineide Pereira dos; BARTALO, Linete. Comportamento informacional e compartilhamento da informação no *Instagram*. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 1, p. 46-60, dez./mar., 2016. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/1144/pdf>>. Acesso em: 9 maio 2017.

- SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000. 144 p.
- SHULTZ, Richard H.; GODSON, Roy. **Desinformação: medidas ativas na estratégia soviética**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1984. 188 p.
- TERRA, Ana Lúcia; SÁ, Salvina. Tudo o que vem à rede é peixe? A credibilidade da informação na web. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11., 2012, Lisboa. **Integração, Acesso e Valor Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. p. 1 - 7. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/441/pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: Eduel, 2012. 228 p.
- TOMAÉL, Maria Inês. Categorias e dimensões do compartilhamento da informação. In: TOMAÉL, Maria Inês (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: Eduel, 2012. p. 13-40.
- TOMAÉL, Maria Inês et al. Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 11, n. 2, p. 13-35, 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/1061>>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (Org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. Cap. 1. p. 13-44.
- UOL, Olhar Digital. **Facebook tem um problema com boatos, mas a solução é mais difícil do que parece**. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/porque-o-Facebook-nunca-vai-conseguir-eliminar-a-disseminacao-de-boatos/63906>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- _____. **Google e Facebook fecham o cerco contra as notícias falsas**. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/google-e-Facebook-fecham-o-cerco-contra-as-noticias-falsas/63915>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- _____. **Notícias falsas crescem no Facebook; saiba como não ser enganado**. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/video/noticias-falsas-crescem-no-Facebook-saiba-como-nao-ser-enganado/59216>>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- VARELA, A.; BARBOSA, M. L. A. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bib. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 1, p.142-168, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp1p142/22730>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. 110p.

VICTOR, Fábio. Como funciona a engrenagem das notícias falsas no Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859808-como-funciona-a-engrenagem-das-noticias-falsas-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

VOLKOFF, Vladimir. **Pequena história da desinformação**: do Cavallo de Tróia à Internet. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004. 208 p.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075/3385>>. Acesso em 15 dez. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de observação

01. Perfil dos profissionais

02. Assuntos abordados

03. Número de respostas

04. Horários de pico

05. Frequência de compartilhamento

06. Quantidade de vezes que o usuário é autor das postagens

07. Tipos de interação com os demais membros do grupo

08. Título da fonte

APÊNDICE B

“DESINFORMAÇÃO: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMPARTILHADA EM MÍDIAS SOCIAIS”

Prezado(a) bibliotecário(a),

Desde já agradecemos por sua colaboração. Solicitamos a gentileza de ler na íntegra esta apresentação.

Este questionário é o instrumento de coleta de dados da minha dissertação de mestrado que está sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Os autores deste estudo são: César A. Galvão F. Conde (mestrando) e Adriana Rosecler Alcará (professora e orientadora).

O estudo visa analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários participantes do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para a não disseminação da desinformação. Os objetivos específicos deste estudo são:

- 1) Identificar as fontes de informação utilizadas pelo grupo de bibliotecários para o compartilhamento;
- 2) Averiguar os critérios adotados para a seleção e o compartilhamento da informação no *Facebook*;
- 3) Apurar como inferem qualidade às fontes de informação que compartilham;
- 4) Verificar a percepção do bibliotecário em relação à desinformação.

As afirmações se referem ao seu comportamento ao compartilhar a informação e estão em escala Likert. Para responder, basta indicar o número correspondente a frequência do comportamento, considerando:

0 1 2 3 4

“0” quando você nunca se comporta desta forma e “4” quando você sempre se comporta assim. As posições “1”, “2” e “3” permitem estabelecer condições intermediárias entre estes dois extremos, ou seja, quando seu comportamento não corresponde a “nunca” (0) ou “sempre” (4), porém entre estes extremos. Assim, não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber como você age diante da informação quanto ao acesso, avaliação e compartilhamento.

Para a confiabilidade da pesquisa é essencial que responda a **todas** as questões. Reiteramos nosso agradecimento por você se dispor a dar essa contribuição tão importante para a continuidade da pesquisa.

Suas respostas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e tratadas com a mais absoluta confidencialidade. Esclarecemos ainda que sua colaboração será espontânea, de modo que não haverá ônus de sua parte, assim como não lhe será concedida remuneração. Caso você necessite de maiores esclarecimentos, entre em contato com César A. Galvão F. Conde pelo *e-mail* cesargconde@gmail.com ou pelo telefone (43) 9 9155-4931.

APÊNDICE C

Questionário

Caracterização dos participantes

01. Qual a sua faixa etária?

- () 20 – 29 anos
 () 30 – 39 anos
 () 40 – 49 anos
 () 50 – 59 anos
 () mais de 59 anos

02. Sexo

- () Feminino
 () Masculino

03. Formação Acadêmica (favor, marcar o que indica a titulação mais recente)

- () Graduação
 () Especialização
 () Mestrado
 () Doutorado
 () Livre Docente

Em relação ao compartilhamento da informação

04. Para compartilhar a informação você consulta:	Nunca	Às vezes			Sempre
	0	1	2	3	4
Fontes acadêmicas (livros, revistas científicas, bibliotecas digitais, <i>Google Acadêmico</i> , outras)	0	1	2	3	4
Portais <i>online</i> de notícias (G1, UOL, <i>Yahoo</i> , R7, outros)	0	1	2	3	4
Portais de revistas impressas (Veja, <i>Época</i> , Carta Capital, outros)	0	1	2	3	4
<i>Blogs</i> de jornalistas (Blog do Noblat, Reinaldo Azevedo, <i>Conversa Afiada</i> com Paulo Henrique Amorim, outros)	0	1	2	3	4
<i>Sites</i> de checagem dos fatos (Agência Lupa, Aos Fatos, <i>É ou não é?</i> , E-farsas, Boatos.org, outros)	0	1	2	3	4
Grupos que partilham das mesmas concepções que as suas	0	1	2	3	4
Perfis de amigos pessoais	0	1	2	3	4
Sua "Linha do Tempo" (<i>Feed</i> de Notícias)	0	1	2	3	4

Outros (quais?)

05. Critérios para seleção e compartilhamento da informação:					
	Nunca	Às vezes			Sempre
Você verifica a procedência/origem antes de compartilhar informações	0	1	2	3	4
Você verifica a autoridade e confiabilidade da notícia (existência fatural do autor e sua credibilidade sobre o assunto abordado)	0	1	2	3	4
Você se atém a responsabilidade do domínio acessado (identificação da entidade ou pessoa física que mantém a fonte e seus interesses)	0	1	2	3	4
Você verifica a data da informação compartilhada (se a informação é atual)	0	1	2	3	4
Você verifica a presença de fatos de forma imparcial (se há preconceito ideológico ou pessoal que podem afetar seu julgamento)	0	1	2	3	4
Você avalia a notícia na íntegra ou apenas sua manchete	0	1	2	3	4
Você avalia se o título da notícia reflete o conteúdo apresentado	0	1	2	3	4
Você identifica referências adicionais nas notícias que compartilha	0	1	2	3	4
Você confere se não se trata de humor (existem <i>sites</i> especializados em veicular notícias reais em tom satírico. Ex.: Sensacionalista, "isento de verdade")	0	1	2	3	4
Você consulta especialistas (autores com formação relacionada diretamente com a área da informação)	0	1	2	3	4
Você busca e compara informações encontradas em diferentes fontes a fim de atestar a sua precisão (veracidade, informação correta e objetiva)	0	1	2	3	4
Ao buscar informações, você se preocupa em ler visões contraditórias a respeito do mesmo assunto	0	1	2	3	4

06. O que te motiva a compartilhar informações e notícias em suas mídias sociais?

07. Além dos critérios já mencionados, comente sobre outros critérios que você utiliza para atribuir qualidade às fontes digitais de informação que compartilha.

Em relação à desinformação (notícias falsas ou informações manipuladas)

08. Você está ciente do problema da desinformação? Preocupa-se com sua disseminação? Justifique.

09. Considera importante o assunto para a sua atuação profissional? Justifique.

10. Considera importante o assunto para a sua vida pessoal e em suas mídias sociais? Justifique.

APÊNDICE D

Termo De Consentimento Livre E Esclarecido*

Desinformação: qualidade da informação compartilhada em mídias sociais

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **DESINFORMAÇÃO: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMPARTILHADA EM MÍDIAS SOCIAIS**, a ser realizada no grupo “**Bibliotecários do Brasil**” no *Facebook*. O objetivo da pesquisa é **identificar as fontes de informação utilizadas pelos membros para o compartilhamento da informação; averiguar os critérios adotados para a seleção e o compartilhamento da informação no Facebook; apurar como inferem qualidade às fontes de informação que compartilham; verificar a percepção dos membros em relação à desinformação**. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: **responder a um questionário com questões objetivas e abertas**.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa (ou para esta e futuras pesquisas) e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são: trazer reflexão dentro da comunidade de bibliotecários sobre a responsabilidade pessoal e profissional quanto ao problema da desinformação, que influencia negativamente o conjunto da sociedade; incentivar pesquisas dentro da área da Ciência da Informação sobre a temática, chamando atenção para a responsabilidade ética do profissional.

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

Quanto aos riscos, estamos conscientes e de acordo com a resolução 466/2012 e a complementar 510/2016, de que a pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. A pesquisa apresentada pode provocar alguns desconfortos ou riscos de gradação mínima. Os benefícios esperados superam os riscos mínimos. Desta forma, os pesquisadores comprometem-se em tomar providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar desconfortos ou riscos e, caso ocorram, providenciaremos o necessário para o atendimento do participante e estamos à disposição para sermos contatados por e-mail e telefone, conforme seguem: **César Augusto Galvão Fernandes Conde; Rua Benjamin Constant, número 1851, apartamento 306; telefone (43)3345-3791/(43)99155-4931 e pelo e-mail cesargconde@gmail.com**, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone (43) 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Londrina, 14 de setembro de 2017.

César A. Galvão F. Conde

RG: 8.222.870-5

_____ (NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

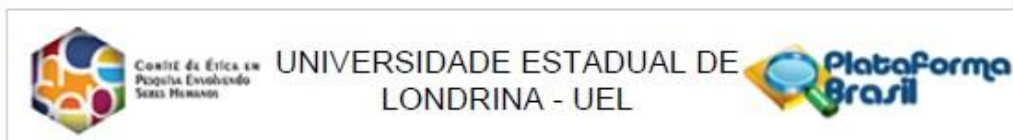
Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

ANEXOS

ANEXO A

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Compartilhamento em mídias sociais: qualidade da informação e desinformação

Pesquisador: CESAR AUGUSTO GALVAO FERNANDES CONDE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76859717.2.0000.5231

Instituição Proponente: CECA - Programa de Mestrado em Ciência da Informação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.323.331

Apresentação do Projeto:

Resumo: Na interação via mídias sociais temos o reflexo da dinâmica acelerada do acesso à informação, que dificulta a prática de aprofundamento, tornando o consumo superficial. Essa realidade exerce impacto importante na sociedade, pois as mídias sociais são plataformas mais atuais, democráticas e abrangentes de produção e compartilhamento das informações. Passada a Era da Informação, vivemos agora a Era da Pós-verdade, em que a informação com carga emotiva influencia mais que os fatos, e é nas mídias sociais que as chamadas desinformações encontram ambiente propício para proliferar. O objetivo do estudo é analisar a importância dada ao compartilhamento e a seleção das fontes de informação a partir de um grupo de usuários do Facebook, constituído por bibliotecários. Mais especificamente, verificar se são consideradas para o compartilhamento características que podem credibilizar as fontes e as informações com a finalidade de evitar a disseminação da desinformação. A escolha do Facebook como plataforma virtual deu-se por ser a mídia social mais popular no Brasil. Inicialmente será feita uma coleta de dados por meio da técnica de observação, com roteiro pré-definido. Os participantes do grupo selecionado responderão questionário objetivo em escala Likert elaborado para indicar os critérios utilizados para o compartilhamento da informação. Além disso, o questionário terá em sua composição questões abertas para análise de conteúdo da percepção quanto à qualidade da

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Conselho de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.323.331

informação que compartilham e a importância atribuída a essa prática. A abordagem adotada para a pesquisa é, portanto, de caráter quali-quantitativa. Com os resultados espera-se aumentar o grau de alerta dentro da área da Ciência da Informação quanto à importância de se prezar pela qualidade da informação e indicar caminhos para diminuir o compartilhamento da desinformação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários participantes do grupo "Bibliotecários do Brasil" no Facebook, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para a não disseminação da desinformação. **Objetivo Secundário:** Identificar as fontes digitais de informação utilizadas pelo grupo de bibliotecários para o compartilhamento; Averiguar os critérios adotados para a seleção e o compartilhamento da informação no Facebook; Apurar como inferem qualidade às fontes digitais de informação compartilhadas; Verificar a percepção do bibliotecário em relação à desinformação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Estamos conscientes e de acordo com a resolução 466/2012 e a complementar 510/2016, de que a pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. A pesquisa apresentada pode provocar alguns desconfortos ou riscos de gradação mínima. Os benefícios esperados superam os riscos mínimos. Desta forma, o pesquisador compromete-se em tomar providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar desconfortos ou riscos.

Benefícios: Trazer reflexão dentro da comunidade de bibliotecários sobre a responsabilidade pessoal e profissional quanto ao problema da desinformação, que influencia negativamente o conjunto da sociedade; incentivar pesquisas dentro da área da Ciência da Informação sobre a temática, chamando atenção para a responsabilidade ética do profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os seguintes termos foram apresentados:

Folha de Rosto para pesquisa com seres humanos;

Termo de consentimento livre e esclarecido;

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

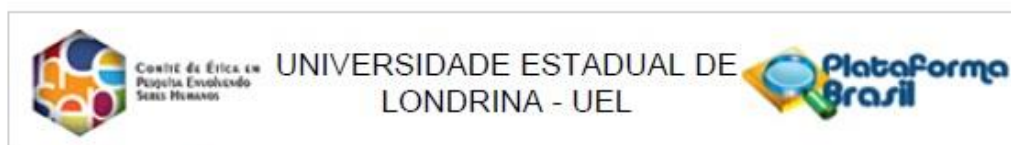
UF: PR

Telefone: (43)3371-5465

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.323.331

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto foi apresentado de forma adequada com redação coerente e explicação condizente. Assim sendo, vota-se pela aprovação do mesmo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade imprimi-lo para apresentação aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_989432.pdf	13/09/2017 07:44:47		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoAssinada.pdf	13/09/2017 07:41:54	CESAR AUGUSTO GALVAO FERNANDES	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	09/09/2017 00:48:37	CESAR AUGUSTO GALVAO FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	31/08/2017 17:38:06	CESAR AUGUSTO GALVAO FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	31/08/2017 17:08:43	CESAR AUGUSTO GALVAO FERNANDES CONDE	Aceito

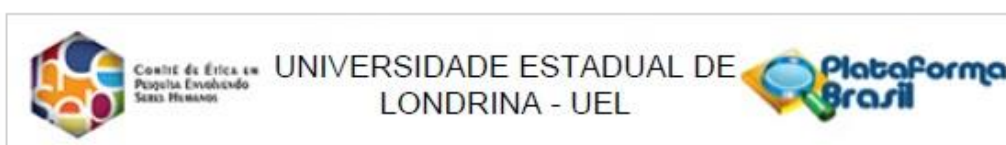
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: LABESC - Sala 14
 Bairro: Campus Universitário CEP: 86.057-970
 UF: PR Município: LONDRINA
 Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.323.331

LONDRINA, 09 de Outubro de 2017

Assinado por:
Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
(Coordenador)

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário CEP: 86.057-970
UF: PR Município: LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br